



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE AS PERDAS DOS
PESCADORES COM A CONSTRUÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO
MADEIRA EM RONDÔNIA

EM: 06.12.2021

INÍCIO: 9h45min

PRESIDENTE: SR. JAIR MONTES

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do
Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do
Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, após
aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para
discutir sobre as perdas dos pescadores com a construção
das usinas hidrelétricas no rio Madeira em Rondônia.

Neste momento, para compor a Mesa desta Audiência
Pública, convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado
Estadual Jair Montes, proponente desta Audiência Pública.

Professora Carolina Doria, Professora da Universidade Federal de Rondônia e representante da Ação Ecológica Guaporé, Ecoporé.

Dr. Clodoaldo Luiz Rodrigues, Advogado dos pescadores e ribeirinhos.

Dr. Valney Cruz Rocha, Advogado dos pescadores e ribeirinhos.

Senhor Sargento PM Souza Lima, Administrador do Distrito de Abunã.

Senhor Francisco Bento, Presidente da Associação dos Pescadores do Distrito de Abunã.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Jair Montes procederá à abertura desta solenidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir Audiência Pública sobre as perdas dos pescadores com a construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira em Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Nós também gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, da Senhora Maria Cristina Carreli, Secretária da Associação de Moradores do Ramal

Maravilha. Senhor Ricardo Lopes da Cruz, representante dos pescadores. Agradecemos aos pescadores, agradecemos à Colônia dos pescadores Vila DNIT, Assentamento São Domingos e moradores do Ramal Maravilha. Sejam todos bem-vindos a esta Audiência Pública e agradecemos, também, àqueles que nos assistem, ao vivo pela TV Assembleia – canal 7.2 –, pela nossa página no Facebook e também no You Tube.

Passamos a palavra ao Deputado Jair Montes para conduzir os trabalhos desta Audiência Pública.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Tirar a máscara aqui para me tornar bem melhor entendido.

Eu quero aqui, em nome da Assembleia Legislativa, em primeiro lugar, agradecer a Deus essa oportunidade de estar aqui com vocês. Eu falo que cada momento meu, nesta Casa, eu tenho ele como, para mim, histórico. E eu tenho ele como uma dádiva divina.

Eu quero aqui agradecer aos advogados que nos trouxeram essa demanda juntamente com os pescadores. A gente está no mandato, então, e representa o Estado, como toda a população, e são tantas demandas, que se elas não vierem até nós, fica até meio que impossível de nós sabermos o que está acontecendo e o que está passando.

Então nós temos, hoje, o Estado dividido em vários segmentos, e esse é um segmento que eu tenho um carinho muito especial. Por quê? Eu não fui pescador. Eu fui lavador de peixe. É diferente, não é? Eu lavava o peixe. E é uma coisa até interessante, por que como é que se lava um peixe se ele vem dentro da água, não é? Então eu lembro muito bem, eu tinha meus 14, 15 anos de idade. Para eu levar o sustento pra casa, eu virei lavador de peixe, ali

na Rua João Pedro da Rocha com a Calama, tinha uma peixaria do Calixto, que já não está mais entre nós, que é onde eu moro, ali próximo. E naquele tempo o Presidente da colônia de pescadores era o Antônio Colares. Eu não sei quantos lembram aqui do Antônio Colares. Tem alguém aqui do tempo do Seu Colares ainda ou não? Olha aí, tem gente aqui do tempo do Colares. E naquele tempo, nós tínhamos nosso peixe todo natural, o peixe, naquele tempo vinha o pacu, sardinha, jaraqui, aqueles peixes chamados miúdos, e vinham os peixes grandes, como pintado, tambaqui, dourado. Mas vinha tudo misturado naquela caixa, naquelas caixas de madeira, aqueles caixotões de madeira. E aqueles caixotões de madeira vinham dentro do caminhão da colônia de pescadores entregando nas peixarias em Porto Velho. E lá nós tínhamos aquele casco de geladeira, então aquele caixotão era jogado dentro da geladeira. Então nós tínhamos que tirar todo aquele peixe, separar os peixes, lavando aquele peixe numa bacia lá. E o povo na fila para comprar peixe. Eu nunca vi na minha vida. E no final de tudo eu ganhava ali 2, 3, 4 quilos de peixe, uma palma de banana e levava para casa. Isso era todo dia. De segunda a sexta. Então a minha vida foi assim, lá no Calixto. Então, eu sou grato a Deus porque eu tive essa oportunidade ainda de conviver com a fartura do peixe no nosso Estado e na nossa cidade.

Eu me lembro, Dr. Valney, quando eu ia na cachoeira onde está instalada a usina hoje, eu pegava peixe na porretada, era no porrete, não era no anzol não, era dando porretada no peixe. Era tanto peixe naquela piracema pulando para cima, eu não sabia o que pegar. Outro pegava no saco, outro se abraçava com peixe. E hoje, Deputado Chiquinho, acabou isso tudo. Acabou. Hoje, quem quiser comer um peixe, tem que comer um peixe de cativo. E olhe lá, não é? O bicho mais gordo do que eu. E agora que

melhorou mais, com a questão da ração deu uma melhoradinha mais. Mas quem come um tambaqui nativo ou um peixe nativo e come de cativeiro, a gente sabe a diferença. A gente sabe a diferença. É por isso que nós estamos aqui nesta Audiência Pública, para sabermos que, felizmente, o mundo vai em evolução. Só que esse mundo que está em evolução, doutores, ele vai evoluindo para exterminar a classe de trabalhadores. A realidade é essa.

Nós, os seres humanos, trabalhamos para exterminar a nossa própria classe. Nós criamos aplicativos para acabar com os taxistas; nós criamos usinas para terminar com os pescadores; daqui a pouco vamos criar robôs para terminar os trabalhos de muita gente; criamos máquina para não precisar de ninguém para auxiliar ninguém. Então, está perdendo aquele contato. Se você chega no aeroporto hoje, para você despachar sua mala, não tem mais ninguém para te atender. Agora é uma máquina que você tem que saber lidar com ela. Saber lidar com a máquina. A tecnologia tem que existir? Tem que existir, sim. Mas eu não posso abrir mão daquilo que é mais sagrado, que é mais importante, que é o ser humano. E nós estamos perdendo esse momento, infelizmente. Nós estamos perdendo o nosso momento para a tecnologia. E cada dia mais, nós temos um mundo mais miserável, um mundo mais passando fome, das pessoas mais necessitadas, porque não têm onde trabalhar, não têm o que contribuir. Infelizmente.

E é por isso que nós trouxemos para cá esta Audiência Pública, para ouvir; mais especial ouvir você pescador, pescadora, o que aconteceu com você. Contar para nós o seu relato, quais foram os impactos da usina sobre a sua vida. Nós temos, já estão lá em cima as meninas nossas, já, Cerimonial? Já tem nosso pessoal lá em cima ou ainda não? Já? Cadê elas de preto? Já estão lá? Cadê? Eu não estou

vendo. Eu quero que o nosso pessoal do Cerimonial fique aqui pela frente mesmo para o pessoal ver vocês.

Nós vamos ouvir aqui a Mesa, vamos abrir a fala para a Mesa e depois abrir fala para vocês aí, vamos deixar o microfone disponível para ouvir você daí, está certo? E nós teremos o nosso Cerimonial que vai pegar seu nome e você pode se inscrever, pode chamar ela, ela vai até você. Nós queremos ouvir vocês, está bom?

Com essa minha fala eu vou começar ouvindo o Senhor Francisco Bento. O Francisco é Presidente da Associação dos Pescadores do Distrito de Abunã. Senhor Francisco, o senhor pode usar tanto aqui, quanto ali. A autoridade, aqui, é o senhor. Fique à vontade.

O SR. FRANCISCO BENTO - Bom dia a todos. Eu sou Francisco Bento, Presidente da Associação dos Pescadores da Vila de Abunã, nosso Distrito de Abunã. Então, eu queria comunicar a todos que a nossa situação a respeito de Abunã, nosso trajeto da pesca está muito complicado. Está muito complicado. Nós não estamos sendo... As respostas das usinas, nós não temos. Um empreendimento que foi prometido pela Usina Jirau, nos foi prometido, a Usina Jirau fazer um benefício pesqueiro para nós, como beneficiar uma geleira, um prédio pronto para que nós tivéssemos o nosso prédio, da nossa Associação, nós tivéssemos o nosso meio de transporte, tivesse uma câmara fria para a nossa Associação de Abunã. Promessa da Usina Jirau e até agora nós não tivemos os benefícios.

Nós também temos um grande problema dentro de Abunã, porque nós não estamos conseguindo o local para que seja construído esse prédio para nós, para o nosso setor de trabalho, e foi promessa também da Usina Jirau. Ela só pode

construir se tiver um documento, um terreno documentado. Então, se ela tem que pagar essa compensação a nós, que ela compre o terreno, que ela beneficie e passe o nosso benefício, pague a nossa compensação. Porque o nosso pescado acabou. O pescado que nós tínhamos, hoje em dia, nós não temos mais. Nós não temos mais pelo grande impacto que nós tivemos pela Usina Jirau. Nós não temos mais esse pescado. O pouco pescado que nós temos lá tem durabilidade de noventa dias.

Então, são aqueles cardumes que saem no final da invernada, na vazante, forma a piracema, sobe e acabou. É um período de noventa dias. E hoje, a nossa Associação, nós estamos com quarenta e oito associados. E esses quarenta e oito associados todos são pais de família. Todos estão vivendo de uma promessa da Usina Jirau. E nós não temos resposta por esse grande impacto que nós tivemos e continuamos tendo.

Então, a gente quer fazer um apelo às autoridades que tomem as providências para ver se a Usina Jirau faz alguma coisa por nós. Porque todo mundo lá em Abunã, que somos pescadores, são pais de família, certo? E têm que sanar seus compromissos com a colônia, com a Associação, pagando uma mensalidade de R\$ 40,00, pagando o seu o INSS, sem ter uma produção. Porque, a partir do momento que a pessoa trabalha com a pesca, é porque ele é uma pessoa – não estou desclassificando ninguém e nem desejo isso e nem penso isso e nem quero que diversos amigos meus, colegas, companheiros de trabalho, façam o mesmo –, eu sei que a palavra é uma palavra meio indiscreta, mas se a pessoa escolhe uma função que nem ser um pescador, é porque ela é um analfabeto.

A maioria dos pescadores, hoje em dia, até que tem terceiro, quarto ano, pode ter o ensino médio. O emprego hoje em dia não está fácil. Então, se a pessoa escolhe uma

profissão, a ser um pescador, anteriormente, há vinte anos, ele não sabia que hoje em dia iria existir a facilidade.

Então, uma pessoa, se ela é um pescador, é porque 95% ou 90% dos pescadores são analfabetos, não têm aquele grau de estudo, não têm aquela escolaridade para que tenham um emprego melhor. Hoje em dia, já é difícil para quem tem o conhecimento, quanto mais para quem não tem, certo? E nós vivíamos em Abunã e nós vivíamos muito bem. Todos os pescadores tinham a sua casinha para morar, tinham a sua alimentação boa e hoje em dia não têm. Por quê? Porque nós temos um grande impacto que atrapalha o nosso trabalho do dia a dia.

Nós não temos condições de fazer uma plantação na beira do rio, porque está determinado a Usina Jirau. Nós não temos o nosso pescado, porque a Usina Jirau trouxe impacto para nós e o nosso pescado acabou. Então, nós temos um peixe, que era o peixe da nossa preferência, que era o peixe que nos elevava, que era a jatuarana, o tambaqui, a pirapitinga, o pintado que se chama o surubim, certo? E nós não tínhamos o pirarucu, esse pirarucu veio por último, não é? E nós tínhamos uma série de pescados que seria a nossa renda e hoje em dia nós não temos mais isso, acabou-se. O peixe que nós temos lá, para nós, é um peixe de segunda que não tem um valor. Porque você faz uma despesa para você sair para trabalhar na pesca, faz uma despesa de R\$ 300,00, R\$ 400,00 e você vai, pega um peixe, faz a sua pescaria que não compete para cobrir aquilo ali, para você ter um lucro, para você manter as suas despesas, pagar a sua energia, pagar a sua água, pagar as suas mensalidades na colônia ou na associação, pagar o seu INSS. Você não tem uma renda para se tornar um cidadão de bem, por quê? Porque nós tivemos grandes impactos dessas duas usinas.

Então, se nós não recorrermos às autoridades competentes, que possam ver ou fazer alguma coisa por nós, onde é que nós vamos ficar, não é? Então, senhores e senhoras, eu peço desculpa a todos se eu falei alguma coisa errada ou, ao mesmo tempo, também se eu cheguei a dizer, fiz alguma ofensa, mas é como se diz nesse momento, "se você não se manifestar, ninguém se manifestará por você.", não é?

Nós chegamos a conseguir dar um passo, há dias atrás aí, porque nós nos coligamos com o nosso administrador de Abunã, o senhor Souza Lima. Nós estamos batalhando com o senhor Souza Lima - que é o administrador de Abunã, nós fizemos uma parceria com ele -, para que ele consiga localizar uma área que possa a gente requerer aquela área para repassar para a Usina Jirau, para que ela possa fazer o nosso prédio, montar a nossa geleira, com todas as compensações que nós temos direito, que já tem para mais de 8 anos que é promessa, promessa, promessa e nunca paga essa promessa.

E hoje em dia nem São Pedro, Santo Antônio, São Francisco aceitam mais promessas, quanto mais ser humano em cima dessa terra. As coisas são difíceis e esperamos que as autoridades competentes tomem essas providências, porque nós não podemos viver assim, com mais de 500 pessoas, pais de famílias, sofrendo esse impacto pela Usina Jirau e Santo Antônio, sem nós termos uma pequena resposta. E nós não tivemos nenhuma resposta até o presente momento, durante esse tempo que essas duas usinas foram instaladas aqui, dentro do Estado de Rondônia. Nós não tivemos nenhuma resposta, só promessas.

Então, eu acredito que se existir a possibilidade de as autoridades competentes verem esse direito para nós, nós

ficaremos muito gratos pela boa atenção de todos. Meu muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Senhor Francisco, aqui a vez e a voz são de vocês, não precisa pedir perdão nem desculpas, não. Quem tem que pedir perdão é o Estado, são os políticos, que na época das usinas não tiveram o cuidado de cobrar as usinas daquilo que elas se comprometeram a fazer. Infelizmente, é igual à Energisa, depois que entra, meu amigo, para tirar dá trabalho e é igual namoro: o cara promete tudo para a mulher, depois que casa, fala que não dá para fazer. Já casou mesmo, não é? A mesma coisa da Energisa e as usinas, prometeram tudo para nós, depois que casou já, "já não consigo mais fazer porque gastei tudo com o casamento."

Então, aqui é para falar, porque a gente vai ouvir para depois tomar as nossas providências como Legislativo, outorgado pelo povo, está bom?

Com a palavra o Senhor Sargento PM Souza Lima. O Sargento é Administrador do Distrito de Abunã.

O SR. SARGENTO PM SOUZA LIMA - Bom dia a todos, senhores e senhoras aqui presentes, a representante de associações e demais entidades. Bom dia, Deputado. Parabenizar pela atitude de Vossa Excelência para ver se realmente soluciona o problema dos pescadores, tanto do Abunã quanto das demais localidades do nosso Estado de Rondônia, os ribeirinhos. Hoje eu sou administrador de Abunã, desde maio do atual ano, e me deparei com umas situações lá que, infelizmente, a usina deixou praticamente só desgraça no Distrito do Abunã. Essa é a realidade. Hoje

nós temos uma problemática no Abunã quanto à contaminação de mosquitos, que 5 horas tem que fechar as portas.

Outra situação: os alagados dentro da vila, por conta da elevação das águas. Até o colégio, nesse período, o pátio do colégio, a água está na canela dos alunos, se for frequentar o pátio. Então, na verdade, só deixou problemas e promessas.

Nós já fizemos umas duas reuniões junto com a Associação dos Pescadores e representantes das usinas, para que buscasse meios para dar assistência aos pescadores, aos extrativistas, decorrente dos problemas que eles causaram. E até o presente momento, só na conversa, só na promessa. Nós temos hoje os pescadores de Abunã com dificuldade para ancorar às margens do rio, porque não tem um local dentro da vila. Onde não é tomado por garimpeiros, que são trabalhadores, não é aqui desmerecer eles, mas o pescador não pode ancorar aos fundos da vila, onde há a possibilidade de ficar mais próximo da sua casa, porque eles tomaram conta.

Hoje se constrói às margens do rio, próximo a uma APP (Área de Preservação Permanente), e os pescadores não podem. Então, eu solicitei junto ao SPU (Superintendência do Patrimônio da União) um terreno que, segundo as informações, pertence ao SPU. Eu fui junto com a SMD (Superintendência Municipal de Integração e Desenvolvimento Distrital). Solicitamos esse terreno para que possa, quando nada, fazer um porto e ceder aquele terreno aos pescadores da Associação para que possa fazer um galpão para beneficiar a todos. Hoje os pescadores, tanto no deslocamento quanto na conservação dos peixes não têm local para isso. Eles não têm um local, que ancore as suas canoas, não têm um porto oficializado para isso. E a dificuldade em armazenar seus peixes, que armazenam em

freezers em suas residências, acabam pagando R\$ 300, R\$ 400 só de energia para armazenar esse peixe. Tem os gastos no deslocamento e no retorno, e muitas das vezes, igual ao que o senhor Francisco nos relatou, o trabalho fica tudo em despesa, e acaba dificultando o fortalecimento em trazer o alimento para sua família e pagar os seus tributos e até mesmo pagar os seus encargos de energia e demais custos que têm que ser pagos.

Então, eu, como administrador, estou procurando buscar os meios legais, e pedindo onde é possível ir. Só que infelizmente o SPU é moroso para atender, para apreciar. Foi o que eu ouvi até agora. Eu não sei se é fazendo pouco caso ou realmente estão em certa dificuldade, que não tem como atender às necessidades, mas nós fizemos esse pedido e, hoje, eu acho que seria, esta Casa de Leis, poderia dar uma força, procurar. Sabemos que tem esse terreno disponível. Sabemos que há várias pessoas que ocupam as margens do rio com construções em alvenaria, com demais obras. E esse terreno que hoje só acumula lixo e andarilhos, eles deveriam fazer o esforço para que trouxessem um benefício para aqueles trabalhadores que nasceram e se criaram ali e que vivem do extrativismo e da pesca.

Eu acho que nada melhor que Vossa Excelência, com esta Casa de Leis, procurar nos dar uma força junto ao SPU, porque aquele terreno está disponível, é um terreno que atende a necessidade deles. Porque, havendo uma legalização ou uma doação, poderemos cobrar da usina para que eles realmente se comprometam e construam o prédio com a câmara fria, para que atenda a necessidade desses trabalhadores tão sofridos no nosso Estado.

Eu agradeço a todos. E peço a Deus que ilumine a cabeça de Vossa Excelência, que faça o esforço possível

para que possa ajudar essas pessoas que realmente trabalham e labutam no seu dia a dia. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Sargento, pela sua explanação.

Eu vou ouvir aqui agora a professora Carolina Dória. A professora é da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, representante da Ação Ecológica Guaporé - Ecoporé.

Professora, a senhora tem o tempo que precisar. Fica à vontade.

A SRA. CAROLINA RODRIGUES DA COSTA DORIA - Bom, primeiro eu gostaria de dar bom-dia a todos, dizer que é um prazer poder estar aqui falando um pouco da minha experiência de trabalho nos últimos 20 anos. E começar, então, agradecendo ao Excelentíssimo Deputado Jair Montes, parabenizar... (desculpa, eu quero olhar para você e não consigo falar). Parabenizar por esta Audiência. Eu acredito que os pescadores e nós também que acompanhamos essa atividade há tanto tempo, vêm esperando essa oportunidade de ter essa parceria com os agentes públicos que, de fato, podem fazer alguma coisa por eles. Então, parabéns ao Excelentíssimo Deputado, à Assembleia por receber essa questão aqui, por tentar apoiá-los e aos advogados também que vêm batalhando para que eles possam ser então, devidamente recompensados.

Muitos de vocês que estão aí na tribuna já me conhecem, já cumprimentei alguns aqui de longe. Eu venho trabalhando, Deputado, com a pesca desde 1996. Quando eu cheguei aqui, meu querido amigo Ricardo já era técnico, faz

tudo e mais um pouco, lá na colônia e a gente, desde essa época, vem acompanhando a pesca na região.

Eu vou falar um pouco do que eu sei, do que eu venho estudando, vou tentar ser breve. Mas, certamente quando a gente ouve a fala do representante de Abunã ou dos demais pescadores, eles que estão vivendo na pele, sabem muito mais e conseguem relatar melhor essa situação. Vou falar como pesquisadora que vem acompanhando tanto a parte da ecologia e biologia, dos impactos dos recursos pesqueiros como o impacto na pesca.

Então, ao longo desses mais de dez anos após a implantação das hidrelétricas, como eu já falei, eu venho acompanhando desde 1996, nós tivemos grandes alterações no ambiente aquático. Essas alterações já eram previstas, né. As alterações com relação a modificação no nível hidrológico, com relação a perda de áreas de alimentação e reprodução e também na interrupção da migração das espécies. Apesar de já ser prevista, reconhecida nos documentos, no EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) das duas empresas, os órgãos do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e os demais órgãos terem discutido bastante como seria feita a mitigação, inclusive tem uma norma técnica, uma Instrução Técnica 060 do Ibama dizia que esses impactos deveriam ser mitigados e as comunidades compensadas. Então, o que a gente discute hoje aqui é que isso não foi compensado. Essa mitigação não ocorreu adequadamente e é isso que a gente tem visto ao longo dos anos, tá?

Então, quando a gente tem interrupção da migração, a gente tem alteração do nível hidrológico todo o recurso pesqueiro, os peixes que você bem relatou aí, grande maioria deles são migradores, a dourada, o Pacu, a

Jatuarana, Curimatã são migradores e precisam que essa dinâmica do ambiente seja mantida. Como ela não foi mantida, apesar dos esforços de se fazer o sistema de transposição, o controle, por exemplo, do nível hidrológico hoje, não representa mais o que eles tinham antes da implantação das usinas. E, você, conversando qualquer pescador você vai ouvir eles dizerem que o pescado já não migra mais na mesma época, ele não se reproduz da mesma forma, o pescado, não é? Na verdade, ele fica, nos termos que os pescadores usam, ele fica perdido se é hora de subir o rio, se é hora de descer e isso tudo afetou o quê? Afeta a abundância dessas espécies no ambiente. Afetando a abundância, certamente vai afetar o quê? A pesca. Então, é isso que a gente tem visto agora. Nos dois primeiros anos eu pude acompanhar mais diretamente várias comunidades e agora a gente tem acompanhado, principalmente, na região do mercado e algumas comunidades em que os pescadores, a gente tem ainda contato com eles.

E o que nossos estudos revelam ao longo desses anos? Então, a gente viu: a diminuição da abundância, principalmente das espécies migradoras, na área acima do reservatório de Santo Antônio e também acima do reservatório de Jirau. Quando o representante dos pescadores de Abunã diz que não tem mais peixe e que o período é muito curto, de fato, isso está acontecendo. A gente não tem observado a migração da Jatuarana, que era uma espécie muito importante para essa comunidade. A gente tem os dados do antes da comunidade do Abunã. A dourada, um dos trabalhos da minha aluna de doutorado mostra que a diminuição da dourada no mercado chegou a 74%, a diminuição do desembarque. A gente sabe, muitos pescadores do Teotônio que estão aí, seu Everaldo e outros que estão aí sabem que a dourada era o carro chefe dessa comunidade. A gente ia lá na época, na comunidade do Teotônio, como você mesmo

relatou, a gente via famílias pescando desde os meninos de quinze, dezesseis anos que pescavam dourada para tomar Coca-Cola lá no restaurante. Então, era toda uma comunidade que vivia daquilo. Seja para o turismo ou seja para a pesca mesmo. E mudou completamente a vida desses pescadores da área do reservatório, tanto de Santo Antônio quanto acima que é o que o pescador do Abunã relatou. Isso a gente tem, esses dados, que a gente acompanhou durante algum tempo, vem ainda acompanhando, e consegue mostrar que houve, sim, essa alteração. Por mais que tenha sido afirmado pelas empresas que isso não aconteceu, que o sistema de transposição estaria funcionando. Mas a gente, inclusive, tem confirmação da redução dessas espécies no mercado, inclusive na Bolívia, reduzindo drasticamente. Então, o problema deixou de ser inclusive estadual para ir além das nossas fronteiras.

O que é eu acho que é um dos grandes problemas e que poderia ter aí a ação do governo, da Assembleia Legislativa para tentar resolver? Durante todo esse tempo, o que a gente observou foi uma invisibilidade dos pescadores no processo de tomada de decisão e também no direito à fala. Foram poucos os momentos em que de fato eles tiveram direito à fala. E também o acesso deles aos dados do monitoramento. Isso eu sei porque os próprios advogados, muitas vezes nos consultam: qual é a informação, onde está a informação? Muitos. E não são só eles. O Ministério Público já entrou em contato conosco, a gente já passou várias informações. O próprio Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) – não é, Ricardo? – sempre nos pediu informação e a gente, sempre que possível, vem disponibilizando.

Só que para o pescador de fato, isso é inacessível. Então, hoje em dia, quem faz o monitoramento do impacto são

as empresas. É como se a gente desse as ovelhas para o lobo cuidar. E quem acompanha esse monitoramento é o Ibama. Agentes do Ibama que estão em Brasília. Tem duas ou três pessoas daqui de Rondônia que acompanham, são, de fato, enfim, sobrecarregados com a inúmera quantidade de pendências que houve depois da construção das usinas, mas fica impossível.

O que poderia ser feito, que deveria estar sendo feito: o controle pelos agentes locais. Experiências que a gente conhece de outros países que deram certo, são elaborados, criados, constituídos grupos de gestão, onde os atores participam da tomada de decisão e da discussão da mitigação dos impactos. Isso nunca ocorreu. Eu acompanho desde o início, desde 2004 toda essa movimentação. Eles nunca tiveram voz efetiva na discussão da mitigação dos impactos. E aí está o resultado. Foi exatamente o que o senhor falou. Falou muito bem. Na hora do namoro é tudo perfeito. Eu me lembro, na época, que as pessoas colavam adesivo assim: "Usina, já!" E a gente dizia: "vamos ter calma". "Usina, já!", "Usina, já" – não é, Ricardo? E a gente: "isso vai dar rolo". E aí, até mesmo na época os deputados foram favoráveis à implantação das usinas, só que tem que acompanhar esse resultado com a comunidade.

Hoje a gente vê muitos pescadores, eu não estou aqui falando só porque estão na tribuna, mas a gente vê muitos pescadores que abandonaram a atividade, que estão passando dificuldade, criminalizados, muitos deles que só sabem pescar, se veem obrigados a ir pescar em situação de alto risco. Isso não acontecia antes. O que o pescador falou, a gente ouve isso constantemente dos pescadores de São Sebastião, Engenho Velho, dos demais que estão no reservatório, que acabam se sentindo obrigados a ir pescar no pé da barragem, que a gente sabe que é uma situação de

alto risco, entendeu? É ilegal para eles. São frequentemente presos por causa dessa situação e que para eles é uma situação muito triste.

A gente vê pescadores que eu acompanho – como eu falei, há mais de 20 anos –, se sentindo humilhados, não é? Pai de família, na frente de seus filhos, da sua esposa, sendo presos numa situação que não foram eles que criaram. E, inúmeras vezes, foi prometido pelos empreendimentos, pelas entidades que acompanhavam, pelo Ibama, pelos deputados que na época aprovaram a implantação. Como o senhor falou, é muito fácil na hora de entrar; o difícil é sair. Que teria emprego para todo mundo, que seria ótimo, que tudo seria resolvido. E o pepino ficou para quem? Para quem ficou o pepino? Para quem ficou o grande impacto? A gente acompanha algumas comunidades, claro, mais de perto, mas eu tenho certeza que essa história se repete.

Estou quase terminando.

Algumas comunidades tiveram que se deslocar. E o deslocamento, vamos imaginar o seguinte, já que o senhor falou, vou continuar com o exemplo do Teotônio, que o senhor disse que conhece bem: o pescador, seu Everaldo que está aí, que era um grande pescador do Teotônio. Ele abria a porta, ele ia para a pedra dele fazer a pesca, ele voltava com R\$ 2 mil, 3 mil, 4 mil. Eu tenho registro de pescadores de lá que eram “os caras” e pescavam, até antes da barragem, R\$ 4 mil, R\$ 5 mil reais por mês, tranquilo. Antes. Isso tem 10 anos. Se você colocar aí os juros, isso é muito mais.

Hoje, para ele conseguir manter a atividade dele razoavelmente, não nesse valor, ele tem que deixar esposa, ou filho, ou ele vai ter que ter um outro barco, ele vai andar 2, 3 dias para a frente, e fica uma semana fora. Isso

é uma mudança de vida. É como se chegasse para você e dissesse: "agora você vai ter que trabalhar em outro lugar, deixar sua esposa, seu filho – não sei se o senhor tem –, deixar sua esposa e seu filho, e o problema é seu, se vira". É muito difícil. É muito difícil. Aí você vai com as esposas que foram abandonadas, como fica essa situação? Como ficam os filhos? Então, tudo isso afetou também a vida dessas comunidades.

Estou usando exemplo do Teotônio, que eu conheço um pouco mais de perto. Então, são vários pontos que não foram tratados e não foram considerados. Sem contar, como eu falei desde o início, é clara a invisibilidade deles nesse processo de negociação. Sem contar as inúmeras negociações ou tratativas para se buscar alternativas em algumas comunidades e que passam por uma burocracia imensa. E muitas vezes não consegue atender os que de fato foram atingidos.

Existe uma reclamação das usinas frequente de que tem muita gente que não é pescador e que se envolve nesse processo, mas tem como saber quem são, de fato, os pescadores. A gente sabe quem estava lá pescando e quem vive da pesca e não tem alternativa. E aí envolve uma burocracia gigantesca e os processos não andam e não atende, como eu falei inicialmente, os que foram de fato atingidos. E aí eu acredito que tem alternativas que possam estar sendo conduzidas com o apoio do governo local, como eu disse inicialmente, é necessário, mais do que urgente, que seja criado um comitê de gestão desse problema para que busque alternativas viáveis e rápidas para, de fato, para os pescadores que foram afetados.

A gente está falando aí de uma comunidade que vem há anos vivendo desse recurso, um recurso que de fato diminuiu em abundância. Eu acredito que é pouco provável a gente

resolver a mitigação desse impacto, mas a gente tem que resolver a mitigação no recurso, mas tem que resolver o problema da mitigação do impacto com os pescadores. Buscar alternativa para os pescadores, com os pescadores, para que essa dor dessa perda seja diminuída.

Bom, eu não vou me delongar mais, mas eu queria reforçar os meus parabéns pela Audiência; dizer que eu estou à disposição para apresentar dados, resultados. Neste momento eu sabia que a minha fala deveria ser curta, peço desculpa se eu me delonguei, e também para ajudar, para compor com vocês, se necessário, uma agenda, buscar alternativas das comunidades, claro, que eu tenho mais acesso e que eu tiver mais informação. Era isso. Desejo toda a sorte do mundo a essa nova iniciativa. E que a gente consiga, enfim, dar um caminho para esses pescadores, está bom? Obrigada pela oportunidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Professora, que agradece somos nós. Foi muito pontual. A gente já começa a ter uma noção, uma ideia. Se a senhora tiver algum tipo de documentos para nos apresentar. O Herbert Lins, que a senhora conhece, trabalha no meu gabinete, acho que deu a saída, eu gostaria que a senhora encaminhasse ao meu gabinete, porque nós vamos tomar, do jeito que está isso aqui, vamos tomar medidas mais duras e mais drásticas.

Para você ter uma ideia da falta de respeito da usina com vocês - e também com a Casa - nós convidamos para participar desta Audiência o Senhor Roberto Junqueira Filho, ele é Presidente da Santo Antônio Energia. Então, se ele não vem, que mandasse um representante, mas nem isso fez. Também foi convidado o Senhor Júlio Freitas, diretor

administrativo da Jirau. Se também não vem, que mandasse um representante. Também não veio.

E também estou muito triste, porque aqui não é a questão de mandar ou de... Porque aqui já é de responsabilidade nossa, está sob nosso guarda-chuva, a Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental). Secretário Marcílio, nem o senhor veio, nem mandou ninguém. Então, aqui a gente toma providência diferente com vocês. Com a usina nós não poder todo de tomar o que nós vamos fazer, mas com a Secretaria da Sedam nós temos, porque está sob o nosso guarda-chuva. Mas a usina vai ter logo, logo uma surpresa aí, vai ter algo mais pesado aí, pelo jeito, do jeito que vai andando a coisa.

Mas, obrigado, Professora. Foi muito esclarecedor. E a gente vai conhecendo um pouquinho daquilo que é da sobrevivência e até aqui o Seu Francisco Bento, ele fez uma fala. Claro, Seu Francisco, que nós estamos num mundo de oportunidades, num mundo de aprendizado. Eu tiro por mim. Eu não tive a oportunidade de sentar em um banco de escola privada. Eu sempre estudei em escola pública. Até eu recebi agora, há pouco tempo aqui, aqui na Assembleia, um grupo de jogadoras de basquete, que elas vão a Salvador, na Bahia, para participar de um campeonato nacional, e aí não conseguiram ganhar a passagem pela Secretaria, e eu acabei tirando o bolso e dando, porque eu me comovi com aquilo. São seis pessoas: o treinador, a mãe e quatro alunas. E elas já são campeãs, mas mesmo assim não conseguiram incentivo nenhum para ir, porque a Federação, quando mandou o pedido de passagem nem o nome delas colocou. Como é que vai emitir passagens se não tem nome? E aí eu me comovi, porque eram alunas do Colégio Dom Bosco. O Dom Bosco fechou e elas migraram para o Colégio Major Guapindaia. Então, houve essa mudança e também eu estudei no Colégio Major

Guapindaia. Então, aquilo me comoveu muito. E a gente, infelizmente, lá atrás, eu me lembro, os filhos – até hoje –, para os filhos, o herói deles são os pais. O nosso espelho são os pais. Então, se minha mãe é parteira, a minha irmã queria ser parteira. Se meu pai era pescador, o meu filho quer ser pescador. Se a minha mãe é secretária do lar, trabalha na casa de alguém, o filho ou a filha quer também ser a mesma coisa. Se o pai é pedreiro, o filho quer ser médico, ser advogado? Geralmente não. O filho se espelha nos pais. Então, a profissão de pescador é uma profissão digna, digna. Não é demérito nenhum. E, às vezes, a condição que você não teve de estudar, você já pode dar para os seus filhos. E assim vai. Então, a vida vai nesse...

Mas o que não pode acontecer é que aquilo que é nosso, se pelo menos o sacrifício que vocês, pescadores e outros ribeirinhos, se fosse um sacrifício justo: "eu perdi tudo, mas pelo menos eu tenho uma energia que é barata, eu tenho uma energia que é limpa, eu tenho indústria se instalando em Rondônia, eu tenho emprego, eu tenho renda", é uma coisa. Agora, o pior é que as usinas vieram para cá, tomaram tudo que é nosso. Nós pagamos a energia mais cara do País ainda, nós não temos uma indústria aqui – nada, praticamente – essas indústrias gigantes não temos para empregar três, quatro, cinco mil pessoas não temos e da energia, o imposto ainda vai lá pra Araçatuba, em São Paulo. O ICMS daqui vai para lá, olha só que absurdo. Um absurdo! Então, assim, aqui ficou só a desgraça. Então, veio o ciclo da borracha, o ciclo do ouro, o ciclo das usinas e cada ciclo que nós passamos vai ficando a miséria. Vai ficando a miséria e vai tirando recurso do Estado, e vai criando pobres, cada vez mais mendigos, infelizmente. Aquilo que a senhora falou, nós tínhamos um pescador que tirava a renda de R\$ 4 mil, R\$ 5 mil e o peixe estava na

porta da casa. Hoje em dia, ele tem que passar uma semana longe e não tira nem a metade disso. E o tempo ainda? Muito menos. E sem contar que aquilo que era legal se tornou ilegal. O cidadão que era cidadão, se tornou bandido, porque de vez em quando eu vejo o Ibama, a Sedam, a Polícia Ambiental prendendo trabalhadores que vivem da pesca. Então são situações que a gente vai... É assim, é um país, vou te falar, viu?

Eu vou fazer o seguinte, eu vou ouvir por último os dois advogados, já tem - cadê o meu Cerimonial, com o microfone está aí? Cadê o microfone? Está aí. Já tem alguém que está escrito? Que vai falar? Então, vamos lá.

Já vamos ver quem é a primeira pessoa. Quem for falar, identifique-se, por favor, seu nome e qual a região que mora. Ah, já está aqui. Telma. Vamos lá.

Telma da Silva, pescadora, está aí, Telma? Cadê a Telma? Vem cá, Telma é a primeira. Vamos lá, Telma! É, pode ficar aqui, nesse meio aqui, fica até melhor que a gente consegue enxergar. Depois da Telma, já fica o senhor Everaldo Gonçalves já de prontidão. Depois da Telma vem Everaldo, está bom?

A SRA. TELMA DA SILVA - Cumprimento a todos com um bom-dia, os nossos amigos pescadores, trabalhadores. Quero só colocar aqui que muitas pessoas falam que a Santo Antônio Energia não tem culpa da enchente de 2014, mas sabemos que tem, sim. Nós que somos moradores ali do Baixo Madeira, eu sou da comunidade de Brasileira, Distrito de São Carlos. Estou aqui para representar a nossa comunidade e, assim, a gente que mora lá, eu nasci lá, tenho trinta e seis anos que moro lá. Minha mãe está ali e sabemos que a usina é, sim, responsável por isso. Eu passei toda a

enchente de 2014 lá. Vários peixes, tanto no rio Madeira, como no Jamari, pelo fato de o rio ter ligado um com o outro, morreram vários peixes. Ali no Jamari, o meu tio esteve lá também o tempo todo da enchente. Ele, para sair com a canoa de rabeta, ele tinha que estar afastando os peixes, porque não tinha passagem. Tinham as crianças ali, que estavam ali, vizinhos, brincavam com aqueles peixes, os piaus bem grandes, morrendo na água.

E sabemos que não tem como dizer que a usina não tem responsabilidade sobre isso, porque tem sim. Nós que somos moradores ali, nós sabíamos quando poderia encher, os mais antigos, meus avós, minha mãe, sabiam o curso da água. Às vezes, eles falavam: "Na Semana Santa vai encher bastante." E hoje, nós não sabemos mais sobre isso. E, já que o Deputado citou em relação à energia, também eu quero citar. Nós temos três hidrelétricas no nosso Estado, nós merecíamos, sim, uma energia de um valor baixo. Eu sou cadastrada na energia rural Luz Para Todos, só que isso não existe. Isso é só no papel. Minha energia está chegando no valor de R\$ 200,00. Até R\$ 300,00 eu já paguei. Não passo nem roupa com ferro de passar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Antes era quanto?

A SRA. TELMA DA SILVA - Antes, no início - a luz chegou em 2010 para nós - no início, chegava a R\$ 13,00. O valor maior que eu cheguei a pagar foi R\$ 40,00.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Meu Deus.

A SRA. TELMA DA SILVA - E hoje está R\$ 200,00. Fui na Energisa e o que eles me relataram é que eu deveria fazer um recadastramento. Perguntei o que eu precisaria fazer. Então, o percentual menor que eu iria pagar seria como rural, classe rural. Perguntei quais os documentos que precisaria. Eu achei que fosse só fazer o meu recadastramento. No entanto, eles pediram uma declaração da Emater. Fui até a Emater. Chegando lá, o responsável para fazer essa declaração não se encontrava.

Aí vocês imaginem: uma pessoa que mora no interior tem que se deslocar e, ao chegar ao local a pessoa responsável não está; e ela ter que voltar, outra vez, sem resolver nada. É essa a situação, não é? Sabemos que nós não tivemos nenhuma ajuda dessa hidrelétrica, e sim, somente destruição. Quero dizer que, pelo estrago, o impacto que foi causado em relação aos peixes, os pescadores da minha comunidade não conseguem mais viver da pesca. Eu não posso dizer que meus companheiros conseguem viver da pesca, porque não conseguem mais, pelo fato da destruição. Foi muito grande. Muitos peixes morreram e simplesmente diminuiu a renda, eles não conseguem mais viver da pesca.

Alguns entraram na área do garimpo, por quê? Por esse fato. Eles não conseguem mais viver da pesca. Então o garimpo, por ser uma renda, eles acabaram que entraram nesse caminho do garimpo e deixaram de ser pescadores por causa disso.

Quero agradecer a oportunidade de poder me expressar. Quero agradecer por esta Audiência, que deu oportunidade para os trabalhadores exporem suas opiniões, mostrar o que realmente acontece, porque muitas das vezes falam uma coisa, mas não é aquilo que acontece. O que acontece? Acontece e quem sabe realmente é aquele que vive. É aquele

que vive, aquele que está ali na comunidade passando pelo sofrimento. Quero agradecer a oportunidade. Um bom-dia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Telma, pela sua contribuição.

Com a palavra Everaldo Gonçalves. E o próximo, João Bosco Ramos, já fica aí. Depois do Everaldo vamos ouvir o Senhor João Bosco.

O SR. EVERALDO GONÇALVES - Quero agradecer a oportunidade aqui. Bom dia para todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Bom dia.

O SR. EVERALDO GONÇALVES - Eu sou morador da Vila de Teotônio, onde nós tínhamos o nosso pescado, como a Doutora Carolina falou, participo com elas em algumas audiências, viajo por aí sempre que nós podíamos viajar, tanto no Brasil quanto para dentro da Bolívia. O que eu tenho a relatar é o seguinte: a Vila de Teotônio está isolada cada dia mais. Existe Vila de Teotônio e Assentamento Betel, onde eu tenho uma chácara. Hoje nós não temos linha de ônibus, hoje nós não temos nada. Está uma vila praticamente isolada, esquecida por todos os lados. E continuando, o assoreamento do rio está isolando essa vila também pela frente. Então, a cada dia que passa, a água está invadindo, tudo está se perdendo lá. Inclusive, hoje, eu tenho a minha chácara lá, mas tive que sair de lá para eu sair para ir pescar em outros locais, assim como os meus irmãos também, que moram lá, que são pescadores, como a maioria dos

pescadores do Baixo Madeira, Alto Madeira, estão passando pelas mesmas dificuldades.

Até comentei com a Santo Antônio Energia, na época da construção, que o canal do peixe não iria funcionar, porque não existe como o canal do peixe funcionar. Eu estive lá dentro do canal do peixe, é 6 metros, gente, de largura. Se você entrar ali com uma voadeira você tem que voltar de ré. A entrada da boca do canal do peixe lá, é de 2 metros. Como que o peixe vai entrar? Não consegue passar. Então, os peixes estão migrando para outros rios, para outras localidades.

Então, é essa a dificuldade que os pescadores têm. Não só os pescadores, mas todos os moradores ribeirinhos. O peixe, na realidade, era praticamente um suprimento, porque eles plantavam macaxeira, plantavam banana, então eles tinham tudo ali na comunidade deles, tanto para a parte de cima como a parte de baixo. Hoje não existe mais. A nossa linha de ônibus – que nós tínhamos ônibus lá até 3 vezes no dia –, hoje nós não temos mais na Vila de Teotônio, se um morador quer vir de lá para cá. Estão aí o meu irmão e a minha sobrinha, estão aqui, que são pescadores. A minha família é quase toda de pescadores. Só tenho dois irmãos que não são pescadores. O resto, todos são. E hoje estão lá. Se não tiver um carro para se deslocar de lá para cá, não consegue sair de lá.

E como fica a nossa situação? Vai para Santo Antônio Energia. A Santo Antônio Energia joga para o Ministério Público. Vai para o Ministério Público, e fica nesse... Já estamos há 10 anos lutando para receber essa indenização. E nunca se resolve nada. Porque toda a vida que vai para Audiência, que eles perdem, eles recorrem, e aí fica nisso. E aí, nós estamos cansados. Nós não podemos trabalhar mais.

Em 2015: eu tinha o meu barraco lá dentro do Igarapé Grande, a Polícia Ambiental chegou lá e tocou fogo, não só no meu barraco, como também no barraco de muitos pescadores que tinha lá. E eles falam que nós não podemos fazer barraco na beira dos lagos, na beira dos rios. Nós não podemos fazer. Para nós chegarmos lá, acampar para pescar para poder sair. Eles chegam lá, se eles estiverem de bom coração, eles deixam o seu barraco lá. Senão, eles tocam fogo. É isso o que acontece.

Então, cada pescador, cada morador, cada um, tanto faz se é do Baixo Madeira, como do Alto Madeira, gente, abram a boca, reclamem, gritem, porque senão, meu filho, vamos continuar sendo esculachados o tempo todo, sendo todo o tempo humilhados pela Santo Antônio Energia, porque a Santo Antônio Energia deu o suporte para que eles venham a fazer isso. Que antigamente nós vivíamos na Cachoeira do Teotônio, era sair da minha casa, não dava 300 metros, estava na beira do rio. Conseguia fazer a pescaria. Não tinha essa despesa.

Hoje, se eu sair daqui, eu vou ter uma despesa de R\$ 1.000. Eu chego lá, não consigo pagar a despesa, que nem este ano mesmo, eu fui lá para cima, quando cheguei, tinha acabado a pescaria, pagado o meu patrão, aqui na beira do rio, aqui no pé da usina. Isso para nós não está dando mais.

Se tivesse, na época que construíram a hidrelétrica, eu fui um, comentei com a Dra. Carolina, chamei o Fábio Junqueira, na época: "Fábio, tem que suspender a pesca, entre uma usina e outra pelo menos por cinco anos". Chama os pescadores, quem mora, oferece o salário. "Bom, durante cinco anos, nós não vamos permitir a pesca aqui, que é para o peixe reproduzir". Disse que não ia faltar peixe. Disse que não ia faltar peixe. Que isso não tinha nada a ver.

Hoje nós não temos um dourado, nós não temos um filhote, nós não temos um surubim, nós não temos um caparari, o barba-chata também não. O que nós temos é o predador candiru e pintadinho. Você coloca a malhadeira, cai um peixe lá, você chega lá, está só a caveira. E acaba o material da gente. Hoje você vai comprar uma malhadeira, você vai investir R\$ 1.500, R\$ 2.000 numa malhadeira. Bota daqui dez, trinta dias, a malhadeira já não presta mais, de tanto remendo que tem. E você não consegue mais pagar a conta. Eu mesmo não consigo mais sair daqui para eu ir pescar lá. Chego lá, vou ficar devendo o patrão. E ele também precisa receber para ele poder dar o suporte para nós.

Então, seria isso, gente. Vamos lutar até o fim para que eles venham a nos ressarcir com essas perdas e danos. Porque não é só a perda do nosso material, mas é a nossa dignidade. É a nossa vida, a vida dos nossos filhos. E a vida dos filhos dos nossos netos? E a vida do pessoal que está lá ainda? Dos pescadores? Dos filhos dos pescadores que estão se formando também como pescadores? Como é que eles vão viver? Não tem. Cada dia que passa, o rio está enchendo. Cada dia que passa a água está invadindo, está subindo.

Então, seria isso. Eu agradeço. Espero que tenha podido representar aqui um pouco de cada um da comunidade. E espero que possa ser atendido.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Everaldo. Nós vamos ouvir agora o João Bosco. E, em seguida, o Sérgio de Souza. Sérgio, já fica na vez.

Com a palavra agora, o Senhor João Bosco Ramos, ex-morador do Triângulo.

O SR. JOÃO BOSCO RAMOS - Bom dia a todos. Eu vim aqui agradecer a oportunidade de me expressar em relação ao meu bairro. Morei, desde 1989, no bairro Triângulo. E durante essa época, eu tive a oportunidade de ter cunhado pescador, meu pai, alguns dos meus irmãos, meus amigos, aqui tem alguns deles. E, com a construção dessas hidrelétricas, ela trouxe miséria. É lamentável a palavra - viu, Deputado? -, mas trouxe miséria. Porque pescador não pode mais pescar, não pode mais chegar na beira da barragem, porque a Polícia prende, está lá o Ibama. E eles vão, recolhem o material deles, e acaba dando em nada, trazendo prejuízo a mais do que já tinha.

E aqui, Deputado, eu acho que o senhor, como autoridade pública, tem o seu nome a zelar, como rondoniense, filho de Rondônia. E aqui venho só agradecer mesmo a oportunidade. Muito obrigado ao Dr. Valney, um amigo meu; ao Dr. Clodoaldo; e ao senhor, Deputado. Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, João Bosco. Com a palavra, o Senhor Sérgio de Souza Miranda. E logo depois do Senhor Sérgio, Ariovaldo de Souza, pescador. Já fica aí também na vez. Assim que o Senhor Sérgio relatar aí o que aconteceu, aí é a vez do Senhor Ariovaldo.

O SR. SÉRGIO DE SOUZA MIRANDA - Eu quero dar um bom-dia para as pessoas aqui presentes, autoridades, meus amigos pescadores também. Eu tenho 67 anos de idade, sou aposentado pela pesca. Pesquei e morei por 15 anos no Cuniã. Depois, 15 anos no Boa Hora, pescando também. Então,

minha vida toda foi vivendo da pesca. Agora moro aqui na cidade, mas ainda pesco, continuo pescando. Só que, como os companheiros tão relatando aí, dificilmente... A gente passa o dia no Jamari ou em qualquer canto desses daí pra pegar mais de dez quilo de peixe. Às vezes só pra comer 'malmente' mesmo. Se fosse viver, ainda bem que tem essa aposentadoriazinha. É pouca, mas, graças a Deus dá pra comprar pelo menos meus remédios e sobreviver.

Então, meus amigos, eu não sei como é que existe um progresso, que fala que veio para Rondônia um progresso, pra trazer a desgraça pra Rondônia. A desgraça pra Rondônia. Acabou. Essa usina aí acabou com tudo existia – essas usinas que existe aqui em Porto Velho –, tanto no Jamari, como pra cá pra cima, para o Jirau, para esse meio de mundo tudinho aí. A gente sabe disso aí. O rio começou a desbarrancar, está acabando tudo e eles vão pra televisão representando a usina: “não, isso é fenômeno da natureza, fenômeno de não sei o que lá.”. Rapaz, está na pele de todo mundo a destruição que trouxe essa usina pra Porto Velho. Pra nós que somos pescadores que vivíamos da pescaria, que sobrevivíamos, como um rapaz acabou de falar aqui, que sai para passar a semana toda e não faz mais nem dois mil, nem mil reais de pesca, que não dá pra cobrir a despesa mais, meu irmão. Que progresso foi esse que trouxe desgraça pra Rondônia?

Hoje estamos pagando bandeira vermelha, porque o rio transbordando de água, o Jamari e rio Madeira, e estamos pagando diabo de bandeira vermelha, porque lá pra fora, pra desgraça, está seco pra lá. Ninguém tem nada a ver com isso não! Senhor Deputado, pelo amor de Deus, faça alguma coisa por seus amigos, por nós, por causa disso aí! Eu moro na periferia, no bairro Socialista, tenho uma televisão e uma bomba no poço e uns ventiladores, pago quinhentos contos de

energia elétrica. Ganho mil e cem por mês e tiro quinhentos contos pra pagar de energia elétrica por mês, como com os outros também está acontecendo isso aí meus amigos! Que progresso é esse que veio acabar com todo mundo? Trouxe desgraça para Rondônia, isso aí, meus irmãos. E estão negando dar um direito, que nós temos direito de receber essa indenização. Porque aí para fora, onde tem as usinas, com três, quatro anos já pagaram indenização porque eles sabem o direito que o povo tem. E aqui eles ficam jogando para um canto, jogando para outro. A usina tem mais de dez advogados, ou vinte, não sei quantos aí, contestando contra os nossos processos aí, meus irmãos.

Então, nós tínhamos que fazer, se nós tivéssemos – eu digo para vocês – uma representante de verdade do pescador, nós íamos fechar essa usina por um mês ali ó, na entrada da usina, pra eles tomarem vergonha na cara que o pescador tem direito. Se há direito, vamos dar o direito. As autoridades de Porto Velho, a maioria está tudo dormindo, está surda, não escuta isso aí, não sabe que nós temos esse direito, pessoal, que tá sendo negado hoje.

Eu peço, meus amigos pescadores, só dois minutos para falar sobre um assunto que não faz parte na nossa pescaria, sobre a Saúde, da qual a minha mulher pertence. Foram jogadas para fora mais de mil pessoas da Saúde, senhor Deputado. O senhor anota isso direitinho. Não receberam o dinheiro. A mídia deu em cima, o Secretário foi na televisão e disse que na semana ia sair o dinheiro do pessoal que foi jogado para fora. Não pagaram ninguém. Pagaram 20% das mil pessoas que saíram. Estão todas à mercê da sorte. Muitos perderam a vida trabalhando na pandemia. Então, o prefeito da capital essa semana, deu, está dando três, quatro mil reais para os professores que estavam de recesso durante a pandemia. Os pobres da Saúde, estão à

mercê da sorte, sem direito a nada. Inclusive, a minha esposa está no meio desse pessoal. Adoeceu de Covid-19 como os colegas dela, todos estão doentes à mercê da sorte, nem sequer receberam o pagamento deles. Eu quero denunciar isso aí e quero que o senhor anote direitinho isso aí também sobre isso aí, tá?

Muito obrigado e desculpa pessoal, se eu falei algumas coisas erradas aí.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Parabéns, senhor Sérgio. Eu vou já, já vou ligar para o Secretário para saber O senhor vai sair daqui com uma posição, o que o Secretário vai falar sobre o direito da rescisão dos trabalhadores da área da saúde, da parte emergencial. O senhor tem toda razão e tem que reclamar mesmo. Tem a vez e a voz e tem que exercer esse seu momento mesmo de poder falar.

Ariovaldo agora terá a palavra e logo em seguida a dona Maria Geisa Magalhães. Dona Maria, assim que o senhor Ariovaldo terminar a fala é a sua vez.

Com a palavra o senhor Ariovaldo.

O SR. ARIOVALDO DE SOUZA - Bom dia a todos. O meu nome é Ariovaldo de Souza, tenho 64 anos, moro no Conjunto Orgulho do Madeira, porque onde eu morava, quando deu o problema dessa água, ela começou a alagar a minha casa. Aí a Seas teve que ir lá, ver e fotografar e me jogou lá para o Orgulho do Madeira. Então, eu moro lá.

Sou pescador, minha mulher também é pescadora. Tive que parar de pescar porque a gente teve um problema de canoa. A gente encostava a canoa na beira do rio, o barranco vinha e levava a nossa canoa embora. Então, começamos a pescar na beira, com as malhadeiras. A última vez que eu fui pescar, peguei a minha malhadeira, fui lá para o lado do Belmonte. Armei a malhadeira e sai com as costas cheia de óleo e não pesquei, não consegui pescar mais. Daí fui obrigado, por causa disso, a me aposentar, porque tive problema de coluna, que ficar em banco de canoa todos sabem como é.

Então, nós estamos aqui querendo receber a nossa indenização, ver como é que vai ficar. Minha mulher parou de pescar porque eu também não pude pescar com ela, que ela tem problema, ela é doente, então nós queremos receber nossos atrasados. Queremos nossos direitos. Por isso nós estamos aqui, pedindo em nome de nossas autoridades, que façam isso por nós e aí nós agradecemos. E nós vamos continuar pescando, porque nós estamos pescando em algum lugar longe da cidade, que quase nem peixe tem. E com muita dificuldade. Vou ter até que dar um jeito com o dinheiro da minha aposentadoria, que eu ganho só R\$ 1.100,00, dar um jeito de fazer uma canoa, ir para outros igarapés pescar, porque aqui na Cachoeira de Santo Antônio, a gente vai pescar, tem que ser em cima das pedras. Na última vez em que fui lá, nem pesquei. A mulher pescou e ficou engatando as linhas e os fiscais em volta. Não querem que a gente pesque ali perto do Triângulo. O Triângulo ficou, igual o rapaz falou aqui, ficou, coitado, isolado. E aquela igreja ali, onde a gente vai pescar ali, a gente não pode pescar ali. A gente fica ali teimando e pescando para comer e sobreviver e pegar esses peixes porque o dinheiro da aposentadoria minha, que eu ganho, é só R\$ 1.100,00. Não dá. E a minha fala é só essa e eu agradeço por tudo e os

deputados, aqueles que podem fazer, façam isso por nós, que a gente agradece. Obrigado e um bom-dia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, senhor Ariovaldo.

Senhor Sérgio, falei com o Secretário de Saúde agora, o Governador determinou que antes do final do ano, ainda este mês, para pagar todas as rescisões dos servidores da Saúde, dos emergenciais que trabalharam e foram, no término dos seus contratos, quando cumpriram com o Estado, o Governador determinou que até o final deste mês, ele quer todo mundo pago. Então, a Secretaria está trabalhando para pagar todos os servidores, está certo? Então leve o aviso para a sua esposa, que ela vai receber. Deus queira que receba antes do Natal. Vou cobrar para receber antes do Natal, pelo menos para comprar um frango. O frango já está caro, imagine o peru, como é que não está, não é? Tá bom?

Com a palavra, Maria Geisa. E depois a Dona Maria. Outra Maria. Aqui está cheio de Marias. Maria Eunice.

A SRA. MARIA GEISA MAGALHÃES BATISTA - Bom dia. Sou Maria Geisa Magalhães Batista, pescadora 2004. Eu venho aqui para pedir ajuda, que eu estou precisando, não é? Antes dessa usina eu pegava até 50 quilos de peixe. Pagava a faculdade da minha filha, tinha o meu carro, tinha minha casa boa. Hoje, eu estou precisando de ajuda. Eu perguntei para o meu advogado que eu estou precisando, a minha presidente já me ajudou até com uma cesta básica. Eu estava no INSS, ele me amparou. Estava recebendo um benefício. Foi cortado. Agora estou precisando. Como pescadora eu peço ajuda e agradeço a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - A situação não é fácil não. Infelizmente, a gente está vivendo um momento muito complicado. Aquilo que eu falo, Deus tem me abençoado muito. Ontem, nós fizemos um bazar, eu tinha algumas roupas em casa, minha esposa, meus filhos. E aí, fomos pedindo para os nossos colaboradores, dos nossos amigos. Resumindo tudo, nós conseguimos, ontem, fazer um bazar e, em duas horas, vendeu tudo, graças a Deus. Foi uma arrecadação, entre doações e venda, mais de R\$ 14 mil. Uma bênção de Deus. Nós vamos comprar cesta básica e comprar kits de higiene pessoal para dar para as mulheres em estado de vulnerabilidade. E nesse momento, tem muita gente em estado de vulnerabilidade.

E eu quero deixar aqui para os meus advogados separarem para mim 20 pescadores. Não vou ter condições de dar para todo mundo. Eu queria muito dar, viu? Separa 20 pescadores, aqueles, igual a Dona Maria agora, que, emocionada, falou, separem 20 pescadores para nós. Traz a lista para o nosso gabinete, nós vamos fazer a doação de 20 cestas básicas para os pescadores, tá? Os que mais precisam mesmo, tá? Nessa compra das cestas que nós vamos fazer, para poder, pelo menos, ter um Natal um pouco mais leve. Que não está fácil, não. Não está fácil, não.

Dona Maria Eunice. Logo em seguida, nós vamos ouvir o Arlindo. Depois da Dona Maria, Arlindo, já fique aí a postos.

Dona Maria. Com a palavra, Dona Maria Eunice.

A SRA. MARIA EUNICE - Bom dia a todos. O nosso deputado, os advogados e a todos os nossos amigos

pescadores, que aqui se encontram. O que eu quero vir, também, a colocar, para nossas autoridades é que eles dizem que a usina não tem culpa de nada, mas no tempo em que abriram essa usina, fizeram essa Usina Jirau, houve muita, muita morte de peixe. A gente passava no rio Jamari, era muito peixe. Era feito pasta de toda espécie de peixe no rio Jamari. A gente não podia utilizar nem a água, porque estava muito contaminada, muito peixe podre. Desde o boto, o jacaré, a cobra; tudo morreu ali. Eu tenho 53 anos que moro ali na Brasileira, distrito de São Carlos, e criei meus filhos todos lá pescando, vivendo da pesca, mas se hoje fosse o caso de eu criar nove filhos pela pesca, eu não teria condições de criar meus filhos pescando, porque hoje nós não temos mais a quantidade de peixe que nós tínhamos antes. Hoje está escasso de peixe. Outra, a usina que estragou essa daqui também do Teotônio. Na enchente de 2014, essa usina acabou tanto com muitos peixes, também como muitas casas ali na Brasileira, muito plantio. Eu tinha um sítio muito grande, um sítio muito grande, com muitos pés de abacate, com mais de quinhentos pés de açaí, com mais de cinquenta pés de abacate, quinhentos pés de coco, muitos pés de abacaxi, muitos. Um sítio muito grande, irmãos.

Eu quero dizer para os meus queridos que a gente não deve se calar, porque nós temos os nossos direitos, e eles dizem que não, que nós não temos, porque isso é coisa que acontece? Não é coisa que acontece. Isso nunca existiu ali. E está existindo agora, porque agora ninguém sabe quando é que vai alagar. E todo ano, todo ano agora dá uma enchente que você fica ali com medo. Muitos já nem constroem uma casa boa, com piso, porque perde tudo. Eu perdi minha casa em 2014. Perdi o meu sítio todinho. Ficou, meu sítio lá ficou um deserto. A correnteza era tão forte, com tanto pau

que entrou lá, levou a minha casa com toda a mobília que tinha dentro. O meu sítio se acabou.

Hoje, você planta um pouco de macaxeira para fazer uma farinha, para não ficar sem farinha, mas não dá para plantar mais nada, nada que você possa dizer que vai tirar dali para sobreviver. Por quê? Porque enche e acaba com tudo. Tudo! Nada você pode plantar para você obter uma resposta de dizer "eu vou tirar lucro daqui para sobreviver", porque não tem condições. A água todo ano enche, ali passa água direto, agora ali na Brasileira. Todo ano que a enchente é maiorzinha um pouquinho, já lava tudo, porque os barrancos estão caindo todos, o rio Madeira só aterra, aterra, aterra. É um aterro muito grande que você pensa que está cheio, mas não é cheio. É o aterro que está grande. E qualquer aguazinha que vem você já está perdendo tudo, perdendo a casa, perdendo os bens materiais, todo plantio que você faz de banana, de roça.

Então, eu quero dizer para as autoridades que, pelo amor de Deus, eles olhem o nosso lado, eles olhem o lado das pessoas que sofrem ali. Sofrem. Muitos estão sofrendo necessidade. Todos nós ali necessitamos, precisamos de ajuda, precisamos de apoio das autoridades. E é o que eu peço hoje, nesta manhã, para nossas autoridades, que nos olhem com carinho, olhem com amor, é o que nós estamos pedindo hoje a vocês. E eu agradeço a minha oportunidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, dona Maria Eunice. Quem agradece somos nós.

Com a palavra o Senhor Arlindo Viana Barroso. E logo em seguida a dona Raimunda Torres. Dona Raimunda, já fica pertinho aqui, que depois do S. Arlindo é a senhora.

O SR. ARLINDO VIANA BARROSO - Bom dia a todos. Eu agradeço aqui a oportunidade, na presença das nossas autoridades. Sou morador de Curicaca, sou Arlindo Viana Barroso. Nós perdemos tudo, sobre enchente de 2014. Nós viemos por esse período. Nós viemos aqui para a cidade fazer seguro defeso. Passamos três dias aqui. Quando nós chegamos lá, as nossas coisas estava tudo de 'bubulha'. Perdemos tudo da casa. Nós trepamos as coisas da casa do meu filho em cima das coisas da janela. Botamos umas pernas mancas, botamos geladeira, botamos freezer, o que nós podíamos colocar, botamos ali. Quando nós chegamos, nós tivemos que cortar a parede com motosserra em cima para tirar as coisas dele. A minha foi toda de água à baixo, porque nós não pudemos atrepar. Perdemos tudo. O nosso sítio, como essa senhora falou agora aqui, eu tinha um sítio muito grande. Acabou tudo, perdi tudo. Hoje só tem mato, porque nem as terras ficaram mais boas como eram. Perdemos tudo. E hoje eu vivo ali na Brasileira, trabalhando ali num sitiozinho para sobreviver. Eu tenho 68 anos, já sou aposentado, graças a Deus, mas nós precisamos. Se nós temos o direito de alguma indenização, Deputado, eu peço que o senhor coloque as mãos juntamente com nosso advogado e restitua os nossos direitos que nós temos.

Eu agradeço aqui essa rica oportunidade que eu tive de falar sobre as minhas perdas e as perdas dos meus filhos, ali onde nós morávamos. Eu agradeço a oportunidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Senhor Arlindo.

Com a palavra a senhora Raimunda Torres, depois da dona Raimunda, o Raimundo do Carmo. Agora, Raimunda depois o Raimundo.

A SRA. RAIMUNDA TORRES GIL - Bom dia a todos. Meu nome é Raimunda Torres Gil, eu sou pescadora desde 1984. De carteirinha mesmo foi em 2009 que eu tirei minha carteira, mas eu sou pescadora. E quero dizer que naquele tempo, gente, a gente tinha muito peixe nos nossos rios, mesmo. Muito peixe mesmo, mas com a chegada dessa usina que veio trazer essa desgraça mesmo para nós aqui, acabar com rios e deixar a gente sem os peixes.

A gente vai para o rio pescar... Hoje, a gente vai no rio pescar, além de não ter o peixe, ainda chega o Ibama, a Sedam tomando todas as nossas tralhas de pesca. Prende e se você for reclamar, eles querem bater em você, quer levar preso. Eu mesma já perdi muitas tralhas de pesca. E quando você questiona, eles multam. Fui multada em R\$ 4 mil um tempo atrás. Agora mesmo, dia dois de novembro, sabendo que eu não posso pescar ali no pé da usina, mas, assim mesmo, fui tentar pegar um peixe lá para a gente comer no almoço. A Polícia chegou lá, tomou toda a minha tralha de pesca também. Apesar de que eu não estava com muita coisa, mas tinha lá duas malhadeiras e uma tarrafa. Levaram. Fui questionar, dizendo que eu iria recorrer, iria atrás do advogado e eles me falaram: "vamos ter que conduzir a senhora, vamos ter que levar presa, então.". Então, é desse jeito gente.

Hoje, a gente tem uma perda muito grande, muito grande mesmo, um prejuízo muito grande. A gente não consegue sustentar mais a nossa família com o dinheiro de peixe. Pesco no rio Jamari, também no Jamari também está muito

fraco de peixe, não tem tanto peixe mais no rio Jamari. O que a gente ainda consegue pegar lá um tucunaré, cará e aquela saúna, que a gente chega no mercado é tudo baratinho também, não é?

Então, é isso gente, eu peço aos nossos deputados que tomem as providências mesmo a nosso favor; o nosso advogado também, Doutor Clodoaldo, mais o outro amigo lá. Eu lembro também que antes de terminar a usina, eu lembro da Superintendência da Pesca - não sei, eu não me recordo direito o nome dela, parece que era Marina o nome dela -, ela falando que antes do término da usina era para pagar indenização para cada um pescador, não deixar ninguém desamparado. E até hoje isso aí não aconteceu. Está todo mundo no sofrimento, os pais de família não conseguem mais sustentar seus filhos com dinheiro de peixe. E é isso gente, a gente pede que vocês deputados e nosso advogado tomem essas providências. Joguem na mídia mesmo, joguem no Jornal Nacional, façam a cobrança mesmo para gente e é isso aí. Obrigação pela oportunidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, dona Raimunda.

Com a palavra, o senhor Raimundo do Carmo Alves e por último, da galeria, o senhor Antônio Valdino. Então, vamos ouvir agora o senhor Raimundo e depois os o senhor Antônio Valdino.

O SR. RAIMUNDO DO CARMO ALVES - Bom dia. Eu quero agradecer aqui a presença do Senhor Deputado e do nosso advogado. Eu estou aqui para dizer que a gente, na situação nossa de pescador, não está mais dando resultado em mais

nada. Se a gente vai pescar, não pega mais nada nesse rio aí. Acabaram com tudo, essas hidrelétricas, a gente só tem prejuízo. Vai pescar, passa dois, três dia para pegar vinte e três quilos de peixe, não tem condições mais da gente pescar mais nesse rio. Tanto faz rio Jamari como rio Candeias, rio onde a gente pescava aqui em cima – era ali em cima da cachoeira, onde é hoje a saída da hidrelétrica – se pegava tanto peixe lá, agora não tem mais condições da gente pegar mais peixe, não. Então, a situação está meio difícil para quem é pescador.

Eu já estou aposentado, graças a Deus também, mas esse dinheirinho que a gente ganha não dá para nada. Não dá para nada, então, a gente vai pescar, tem prejuízo, então não adianta mais. Eu agradeço ao senhor e essas são as minhas palavras. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, senhor Raimundo.

Com a palavra, o último inscrito da galeria, o senhor Antônio Valdino.

O SR. ANTÔNIO VALDINO - Meus amados irmãos, meus queridos irmãos, a paz do Senhor para os cristãos. Bom dia para os ouvintes da plateia. Bom dia, deputados e advogados. Estou aqui para dizer também da nossa necessidade da liberação desses valores que nos é de direito. Sou pescador de muitos anos, desde os meus 18 anos de idade, de carteirinha. Eu tenho mais ou menos quarenta e cinco anos de pesca. Sou desde a época da Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) sou filho do Amazonas, me criei aqui em Rondônia, tenho 73 anos e parei

de pescar porque não tem mais como sobreviver da pesca. Eu criei meus filhos, Deputado Jair Montes, eu estava lá em casa ainda, quando o senhor estava falando aí, que o senhor não era pescador, mas lavava peixe lá na peixaria do Calixto, meu vizinho, meu amigo comprei muitas vezes frutas dele. Peixe eu não comprava porque eu pescava. Naquela época eu pescava. E eu ouvi na televisão, o senhor estava falando nesse momento. Então, para o senhor ver, naquele tempo o peixe era um peixe de qualidade e de bom preço. Hoje o peixe é de má qualidade e um preço muito alto.

Eu quero dizer para os amados amigos deputados e também para os nossos advogados, autoridades, que coloquem isso para que seja resolvido esse problema, porque nós precisamos. Nós precisamos desses recursos. Se é que nós temos direito, então os nossos direitos têm que ser respeitados e tem que ser pago tudo dentro do devido direito que nos é dado. Porque se não for desse jeito, já está com 10 anos e nós vivendo aí. Eu, para sobreviver, eu tenho que fazer, dar o meu jeito – porque como falou o nobre amigo aqui –, R\$ 1.100,00 não dá. Só a conta de luz, um falou aqui que paga R\$ 500,00 reais, a minha não dá R\$ 500,00, mas dá quase isso.

Então, tudo isso a Santo Antônio Energia veio trazer de prejuízo para nós. Progresso para Rondônia não teve, se a Santo Antônio Energia veio trazer progresso para Rondônia isso é história, papo furado, porque a energia é cara. Temos três usinas aqui, Santo Antônio, Jirau e Samuel, cadê a energia barata? Não existe. Pagamos a energia mais cara do País e isso nos traz prejuízo, porque o que nós ganhamos não dá para fazer o que nós temos para fazer.

Então, meus amados, eu quero dizer para você, nobre Deputado, você que tomou essa iniciativa de fazer esta reunião com os pescadores para ouvir cada parte, olha, você

tomou uma atitude muito correta. E eu espero que depois desta reunião o problema seja solucionado, porque até então nós não temos uma resposta de que nós vamos receber o que nos é de direito. Eu clamo ao amigo advogado, Clodoaldo e aos demais, que estão aí nessa batalha, que não parem. Vão para cima mesmo, mas partam para cima porque eles são, eles são muito - vou dizer aqui com as minhas palavras -, me perdoem, mas são muito irresponsáveis. Porque se tivessem uma responsabilidade com o povo de Rondônia já tinham pago o que nos é de direito e assim nós não estaríamos mais aqui nessa batalha. Eu quero agradecer a todos pela oportunidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Além de irresponsáveis são muito covardes, essa é a palavra, infelizmente.

Com a palavra, agora vamos ouvir aqui, com a palavra a Senhora Maria Cristina Carreli, Secretária da Associação de Moradores Rural Maravilha.

A SRA. MARIA CRISTINA CARRELI - Olá, bom dia a todos, bom dia às autoridades da Mesa; bom dia, Deputado Jair Montes. Eu sou moradora do Ramal Maravilha, ali é uma APA (Área de Proteção Ambiental) e depois que as vidas dos ribeirinhos ali, inclusive em um lindo lago que nós temos ali, que é o Lago do Maravilha, e que tem sofrido poluições também, por conta de uma invasão da área da prefeitura, por trás do DNIT, onde são jogados esgotos por essas famílias que invadiram a área. Já solicitamos à prefeitura providências com relação a isso, já que vários moradores dependem também ali do sustento, do peixe, desse lago lindo.

E tem muita poluição, lixo, que pessoas da cidade estão indo lá, a gente pede, liga para a Polícia Ambiental e não aparecem. Já fomos ameaçados ali. A gente tem travado uma luta muito grande para preservar a APA, só que a gente vê ali, portos instalados ilegalmente, que tem nos ameaçado veladamente também, por estarmos atuando e protegendo a área, APA. Sabemos que tem um grupo de políticos e empresários querendo transformar a área em ZPE (Zonas de Processamento de Exportação) sem nos consultar. Que fique aqui informada esta Casa também.

E venho aqui solicitar energia pública para as famílias ali, que muitos estudam na cidade e tem que voltar à noite. Estamos tendo casos de mulheres sendo estupradas, nós temos as nossas casas assaltadas, as nossas vidas ameaçadas, e as autoridades públicas, estaduais e federais não têm feito nada. Então eu vim aqui solicitar aos representantes desta Casa, às autoridades: Sedam, Polícia Ambiental, Ministério Público Estadual, Federal, para que olhem essas demandas, desses ribeirinhos que vêm solicitar-lhes nessa angústia constante que nós estamos vivendo. Que vocês olhem para as nossas demandas. Vão lá conhecer a nossa realidade, um povo que paga imposto e paga uma energia tão cara. Na nossa residência mesmo, a gente paga R\$ 800,00 de energia. Não temos iluminação pública, instalaram ali 10 postes, sabe, um longe do outro, então todo mundo que caminha ali agora não tem segurança, as nossas crianças que vão para a escola, que estudam a noite, não tem segurança e aí os ribeirinhos aqui comendo e se alimentando de peixes contaminados. E muitos acabam indo para o garimpo se sujeitar a trabalhos em condições subumanas para conseguir levar o alimento para a sua família.

Então, venho solicitar aqui para esta Casa, que representa esse povo, que olhe para essas demandas e, por favor, providencie algumas ações.

Essas são as minhas palavras. E parabéns, vocês pescadores, que mesmo diante das adversidades, continuamos na luta, e que nós possamos unir cada vez mais para adquirir os nossos direitos, e cobrar desta Casa, com mais segurança, os nossos direitos. Muito obrigada pela palavra.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Dona Maria Cristina, pelas suas palavras.

Com a palavra, o Senhor Severino Passos Nobre. Ele é Presidente da Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Médio Madeira. Severino, com a palavra.

O SR. SEVERINO PASSOS NOBRE - Bom dia a todos e a todas. Agradecer aí a presença dos nossos pescadores aqui do Baixo Madeira, que vieram aí participar desta Audiência. Agradecer aqui ao Dr. Valney, a gente o conhece dos trabalhos que faz, dando apoio para os nossos pescadores.

Deputado, desde quando foi implantado esse complexo do Madeira, a gente teve uma interferência muito grande no processo físico-natural do nosso Baixo Madeira, e isso vem afetando todo o Baixo Madeira. Não tem mais aquela coisa natural, aquela cheia natural, aquela seca natural. O rio está assoreado, o rio está aterrado. Todo ano, a gente vai perdendo a produção do pescado. Tipo assim, eu sou pescador, mas eu abandonei o ramo da pescaria, que a gente pesca o dourado no rio. Eu tive que me aposentar. A rede está lá parada, a rabeta está lá ancorada, porque a gente não tem como viver da pesca, entendeu?

E a gente não tem nenhum projeto para os nossos pescadores do Baixo Madeira. Sabemos que a maioria dos pescadores do Baixo Madeira dependem dos rios ali, dos lagos. E quando o rio seca três metros, o rio enche três metros muito rápido, dois metros, e quando aquela água entra nos igarapés, morre muito peixe. Agora não tem como morrer, porque o peixe sumiu do rio Madeira, entendeu?

Então, está difícil para os nossos pescadores exercerem a sua função de pescador, porque não tem renda. Aí fica difícil para o sustento da família. E a gente está passando por essas dificuldades, os pescadores do Baixo Madeira. Nessa mudança de clima, nosso clima também já é um clima muito úmido, e ficou mais quente e úmido, ficou mais quente ainda, porque com o grande reservatório aí, a gente vê que o clima está mais quente, é mais chuva.

Então, os impactos e as degradações socioambientais que as usinas trouxeram para as comunidades tradicionais aqui de Porto Velho, tanto aqui do Alto e Baixo Madeira, todo mundo está vendo. Nós temos conhecimentos tradicionais. A gente não é nada contra as pessoas que têm o conhecimento técnico-científico de uma faculdade. Isso é muito bom, porque é uma experiência junto com a outra experiência. Nós somos nascidos e vividos no Baixo Madeira. Nós viemos para a cidade só estudar. Voltamos para a comunidade, e estamos lá, porque os nossos pais nos criaram lá, foram pescadores, extrativistas, e a gente tem muita dificuldade hoje de ter a nossa renda do pescado. E a gente parte para fazer outro serviço. Até fazer outros "bicos" – como falam, não é? –, mexer com agricultura.

E as usinas também, Deputado, trouxeram grande impacto para a questão de algumas estradas vicinais no município aqui, até do Estado mesmo, a RO-005, ali próximo de São Carlos, ali os pescadores têm grande dificuldade no período

de inverno, porque ela enche e fica cheio d'água, ali de Brasileiros ali para baixo, ali da boca do Jamari. Afeta diretamente ali também os pescadores.

E eu queria aproveitar aqui também, Deputado, para o senhor dar um apoio sobre a questão do transporte fluvial dos filhos dos nossos pescadores do Baixo Madeira, que estão quase há 5 anos que as crianças não têm acesso à escola. Aqui do Médio Madeira, Cujubim Grande tem dois colégios, um do município e um do Estado. São colégios grandes. Voltou o transporte terrestre, doutor, e não voltou o transporte fluvial.

Então, como é que o Estado deixa as nossas crianças fora da sala de aula por causa do transporte fluvial? E não tem nem prazo de voltarem as aulas na região de Cujubim. Falei com o pessoal de São Carlos também, não tem nem previsão o transporte fluvial voltar. E as nossas crianças, qual é o futuro que elas vão ter com quatro, quase cinco anos perdidos, as aulas? E ninguém toma providência, ninguém fala nada. Diz que nós temos que nos mobilizar e nós temos que cobrar, vir fazer movimento. Para nossas crianças retornarem à sala de aula, nós que temos que nos organizar, nos mobilizar e vir fazer movimento e cobrar do Estado, que o município repassou esse transporte fluvial das crianças do Baixo Madeira para o Estado, entendeu?

Então, a gente vem sofrendo todos os aspectos no Baixo Madeira. Porque, tipo assim, Deputado, tem a Seagri, tem a Emater, tem a Secretaria de Agricultura do Município que tem uns programas bons para os pescadores, da piscicultura. Por que não leva alguns projetos para os nossos pescadores do Baixo Madeira? Eles estão com estão com dificuldade de ter seu sustento do peixe. Por que não leva um sistema de tanque escavado para um grupo de pescadores criar uns peixes em cativeiro nos tanques cavados? Porque o mercado

que consome esse pescado é Manaus e Manaus passa aí em frente todo dia as embarcações no Baixo Madeira, entendeu? Tipo assim, Deputado, se tem como o senhor elaborar um Projeto junto ao Estado, junto à prefeitura para que leve o programa de piscicultura para esses pescadores do Baixo Madeira. Porque já não tem renda do rio e com o incentivo desses programas de piscicultura, acho que ia melhorar um pouco para o nosso pescador, que a Emater tem como levar a assistência técnica, a Seagri também dar o calcário para botar lá no tanque. Tem os maquinários para escavar esses tanques em terra firme. Tem que ser em terra firme, em terra boa, onde tem água também. A água do rio Madeira é uma das águas mais oxigenadas que tem no mundo. Ela é boa para criação de peixe. E tipo assim, alguma coisa precisa ser feita pelo pessoal do Baixo Madeira. Porque com problema de renda, muitos vêm para a cidade, não tem estudo, eles não têm um curso, não têm capacitação e fica difícil, entendeu? Às vezes, alguns seguem para o caminho errado, como já aconteceu de pessoas vindas da nossa comunidade estar presa aqui na cidade, por furto. Estão presos por causa de furto. Furtaram.

Então, a minha fala é mais a respeito mesmo de algumas políticas públicas para o nosso pescador. Porque, tipo assim, eu estou saindo da minha comunidade querendo vir para a cidade para trabalhar. E eu não quero sair da minha comunidade. Porque a gente está com dificuldade lá na comunidade e a gente precisa fazer alguma coisa pelo nosso pescador. Porque do jeito que está lá não tem condições dele manter a vida dele, a cultura dele, as raízes dele, entendeu? Que todo ano nós temos mais e mais impacto das usinas do Madeira. Não tem jeito. Todo ano as coisas vão só piorando, só piorando, só piorando.

Então, eu queria agradecer aos nossos irmãos pescadores que vieram participar desta Audiência Pública. Agradecer ao Deputado Jair Montes por se lembrar da gente, lembrar que a gente existe. Porque às vezes a gente é muito usado em projeto agropolítico. Ribeirinhos, povos tradicionais são muito usados em projetos agropolíticos que vão lá, usa a gente e nada é feito pela gente. A gente fica muito feliz quando um representante do povo olha pela gente, se lembra da gente. Isso ele faz com muito amor, o Deputado. O doutor Valney, que está acompanhando os processos de alguns pescadores, a gente agradece, que ele quer ajudar. Ele quer ajudar a gente. Ele lembra que a gente é cidadão, nós somos brasileiros, nós somos aqui do Estado de Rondônia e nós temos que lutar pelo nosso direito, mas não depende só do poder público também, não é? Agradecer aqui à professora, eu conheço ela de várias reuniões. A gente tem uma amizade, do Conselho de Gestão Integrada Cuniã/Jacundá. Obrigado pelo apoio que está dando para a nossa comunidade. E depende muito da comunidade também, não é doutor? Se organizar, se fortalecer para nós correremos atrás dos nossos direitos, porque se nós não nos organizarmos e não estarmos fortalecidos, fica difícil. Queria agradecer a oportunidade. Muito obrigado e tenham todos um bom-dia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Severino.

Com a palavra, o último desta manhã e depois vamos ouvir os dois advogados, o senhor Ricardo Lopes, técnico da Divisão de Pesca do Ministério da Agricultura.

Ricardo.

O SR. RICARDO LOPES - Bom dia. Agradecer esta oportunidade ao Deputado Jair Montes. Frisar que eu não quis participar oficialmente porque eu estou de férias e o Ministério da Agricultura não recebeu um convite oficial. Então é só isso. Mas eu tenho por obrigação moral contribuir com alguma coisa na pesca.

Eu quero parabenizar a Mesa, através do Deputado Jair Montes; do seu Clodoaldo; do representante de Abunã, de azul, não, o primeiro, que eu esqueci o nome; do Sargento Souza Lima, do seu Valney e da professora Carolina. Eu vou pedir dois minutos para falar - a plateia lá cima vai lembrar -, eu vou falar alguns pescadores históricos, que alguns poderiam estar aqui ou então estão lá em cima nos protegendo. Colares, que o senhor conhecia o Colares com o chapelão, no terminal pesqueiro, sempre pegando peixe; Mimi, Osvaldo, Geraldo, Evilásio, Pimentel, Mossoró, Félix Garcia, Chico Tomate; alguns foram. Eu vou falar dos que foram e, também, dos que estão aqui, não é? Marão, Everaldo, Osmar Brito, que parece que está aqui em cima; João Bosco, Amarildo, que está aqui em cima; Isidório, Bezinho, parece que está aqui em cima; Álvaro, Binoca, Valter Canuto e, por último, o Nobre, que eu convivi muito com o Nobre, excelente pescador. Brigão para caramba, sempre com posições lógicas. Então, esse pessoal todo, deputado, eles estão aqui reivindicando uma coisa superjusta.

As usinas não vão deixar de funcionar nunca. Eu acho até que, em determinado momento do Brasil elas são importantes. O que aconteceu - a professora Carolina sabe disso, nós participamos de "n" reuniões -, foi que as usinas prometeram uma compensação ambiental justa aos pescadores. Essa compensação ambiental, não vou dizer que

elas não fizeram nada, mas fizeram muito pouco em relação ao que foi prometido, não é?

Sobre a indenização aos pescadores, que todos eles merecem, a usina, ela fala assim: "ah, tem muita gente aproveitador". Mas isso aí é fácil: pega a Justiça, pega uma representação legal dos pescadores, os próprios pescadores e a Justiça. Então, se a usina começou, eu já tive oportunidade de participar de umas reuniões assim, se a usina começou em 2008, 2009, por exemplo – eu estou ficando meio velho, não sei a data direito –, o que acontece? Aqueles que efetivamente eram pescadores naquela época são indenizados. Os outros se questiona depois. Agora eles alegam: "ah, não vou fazer isso, por isso, tal e tal". E outra: a função dos advogados das colônias, também, é pedir uma coisa justa. Porque às vezes o cara pede um absurdo e não vão conseguir. Agora, isso não justifica a inércia das usinas.

Eu quero dizer também que a história de Porto Velho se confunde com a pesca. A história de Rondônia se confunde com a pesca. Na década de 1970, 1990, eu tive oportunidade de trabalhar num terminal pesqueiro, o terminal chegou a armazenar 170 toneladas de pesca, de pescado. E isso não é história de pescador. A gente não tinha onde mais colocar. Hoje não. Hoje, infelizmente, a globalização, a implantação das usinas, acabou com a pesca. A pesca ainda é muito grande no rio Guaporé. Aqui também tem. Porto Velho tem mais de 40 comunidades de pescadores. Então, tem muita gente dependendo disso.

Então, veja bem, a própria iniciativa do Deputado Jair Montes em fazer esta Audiência Pública, que eu fiquei sabendo de última hora até, eu tenho certeza que ela não vai parar aqui. Eu acho que com uma, como disseram algumas pessoas, às vezes a parte política dá aquele arranque e

para. Mas nós esperamos que não. Se o senhor formar uma comissão com várias entidades, na medida do possível a gente se coloca até para ajudar também, mas Ibama, Sedam, Emater, universidade...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - O bom que o meu perfil não é de parar. Quem me conhece sabe muito bem disso.

O SR. RICARDO LOPES - Não, Deputado, só o fato de o senhor falar que conviveu com o Colares, conviveu com a pesca, eu já falo para o senhor: eu estou dizendo isso aí, generalizando, mas o fato de o senhor provocar uma Audiência numa época dessa, entendeu? Eu estou só justificando para o senhor, continuar isso e propor. Isso aqui é o início. Hoje eu até achava que deveria ter uma quantidade de deputados maior aqui. Mas eu sei que as coisas não são como o senhor quer. Mas só o fato de o senhor fazer isso aí, eu não sou de bajular ninguém, o senhor tem o meu maior apreço e o carinho da comunidade pesqueira. Pode ter certeza disso, não é?

Então, continuando, por ser uma Audiência preliminar, eu tenho certeza de que a Assembleia, através do Deputado Jair Montes saberá avaliar procedimentos futuros. É isso.

Para se ter uma ideia, Rondônia nasceu, todo mundo fala da Estrada de Ferro, tudo, mas a pesca foi, durante muito tempo, a atividade principal. E ainda é, hoje, em várias comunidades. Então, é importante que o senhor provoque isso. Veja bem, os projetos de compensação ambiental com as comunidades, não foram, a Usina de Jirau, e a Usina de Santo Antônio, através de vários

representantes, inclusive, bons representantes, se reuniram: "olha, vamos fazer isso, vamos fazer isso". O problema é o seguinte: o problema é que a compensação ambiental, Deputado, se a usina gasta bilhões, bilhões, mas eles botam lá, centavos para a compensação ambiental. Se a compensação ambiental fosse feita e quando eu digo compensação ambiental, é incluindo a indenização dos pescadores. Num outro patamar. Se ela fosse feita, todas as comunidades seriam bem atendidas, como diz Abunã, teriam feito outros projetos, então, não está ocorrendo isso.

Eu creio que é uma má vontade do Governo Federal ou então é um desconhecimento. Vamos marcar o desconhecimento. Então, eu proponho que a indenização aos pescadores seja efetivamente comprovada - viu, Dr. Clodoaldo, Dr. Valney -, a usina fala assim: "ah, tem um monte de aproveitadores". Não. Pega aqueles pescadores, que eles acham que é isso, depois, o resto... Eu citei aqui "n" pescadores. Eu não quero também desprestigiar a comunidade ribeirinha. Estou falando sobre pescadores, que é o assunto aqui, não é? Comunidade ribeirinha tem muita gente também.

Então, a implementação das usinas é uma coisa que o Deputado e qualquer outra pessoa não vai conseguir fechar. Concorda? E é um bem para o Brasil, entre aspas. Agora, a Justiça, em relação aos pescadores artesanais, vários deles aqui, vários, até alguns se pronunciaram, outros não, a Justiça, em relação aos pescadores profissionais, é uma coisa que tem que ser irreversível. Então, veja bem, e a implementação de políticas públicas, Deputado e a Mesa também. A classe pesqueira, todo mundo fala assim: "ah, foi feito...". Eu não vou dizer que não foi feita alguma coisa para a classe pesqueira, mas é uma classe esquecida. Infelizmente, é uma classe superesquecida.

A classe pesqueira é responsável por uma segurança alimentar no Brasil todo. E ela tem um histórico em Rondônia, Deputado, que uma hora a professora Carolina Dória, ela tem documentos, eu não sou muito de fazer documentos, não sou de escrever muito, mas a professora, a universidade, outras pessoas, nós temos um curso de engenharia de pesca em Presidente Médici. Então, a pesca é muito importante. Só que os pescadores, que são a base de tudo isso aí, infelizmente, até hoje, Deputado, não foram atendidos.

E quando eu volto, o senhor pode ter ficado um pouco bravo no início da conversa comigo, quando eu falo que o senhor é fundamental nisso aí, porque o senhor tomou iniciativa e o senhor participou do Colares, tá? Pessoa que até hoje eu lembro, embora eu seja bem novinho, mas até hoje eu lembro do seu Colares no terminal pesqueiro pegando peixe, como vários outros que estão aqui em cima e não falar.

Então, eu lhe agradeço pela atenção. E vou lhe pedir mais uma coisa também, aproveitando a presença. Os pescadores de Pimenteiras, Cabixi, Costa Marques, eles estão com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4085, no Supremo Tribunal Federal, Deputado. Está parada. Desde... agora que movimentou. A gente é uma gota no oceano. Eu estou tentando mexer, mas a pessoa como indivíduo, e... Então, depois, se o senhor me der a liberdade, futuramente, porque o principal é o senhor resolver isso aqui agora, mas futuramente eu quero lhe dar material para o senhor também ajudar a gente, está bom? Eu lhe agradeço pela atenção, me coloco à disposição e parablenizo os pescadores que estão presentes nesta data de segunda-feira, 9 horas, chuvosa. E para o senhor e para a Mesa, meus parabéns sinceros, sem nenhum tipo de demagogia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado. Ao lado do senhor está o meu assessor, Herbert Lins. Herbert, já pega o contato dele e já passa o seu também, para trocar essas informações, por favor.

Com a palavra, acabou de se inscrever aqui, Maria Cristina, moradora do Ramal Maravilha.

Maria Cristina.

A SRA. MARIA CRISTINA - Bom dia a todos e a todas. Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar ali o Presidente da Associação da Pesca, meus parabéns pela força, coragem e garra. E eu vou falar aqui, em pequenas e poucas palavras, em prol de duas situações. A primeira é pelos pescadores, que eu, como mulher, fiquei indignada quando aquela moça, que está lá em cima na plateia, aquela pescadora, mãe de família, esposa e ser humana e cidadã brasileira, declarou aqui que foi humilhada, pisoteada, ameaçada e praticamente presa por estar trabalhando. Eu fiquei indignada com essa situação. E gostaria de pedir aqui ao nobre Deputado que buscasse políticas públicas para defender os pescadores enquanto trabalhadores, porque a maioria está procurando outros rumos, como virar garimpeiro, porque não tem oportunidade de pescar.

Eu sou moradora do Ramal Maravilha e sou uma pessoa indignada com tudo que aconteceu desde 2014, que a população não só do Ramal Maravilha, como de todos os ribeirinhos ali, perdeu tudo. Eu tive a oportunidade de participar da audiência com promotora, juízes, onde levei ao conhecimento dessas autoridades tudo que tinha acontecido lá com fotos, DVD, com filmagens e tudo. E a

gente vê o descaso, infelizmente, do poder público com relação a isso. Meu cunhado, que era pescador, teve que tomar outro rumo, outra profissão, perderam todos os bens; minha sogra, eu sou indignada com isso, porque minha sogra faleceu e nem teve o privilégio de receber aquilo que ela tinha por direito; meu sogro ainda vive lá no ribeirão, onde nós temos a nossa casa lá, e ele hoje se encontra doente e não recebeu até hoje o que ele tem por direito para poder fazer um tratamento digno. Lá a luz é um absurdo de cara, quase todos os dias falta luz.

Eu sou historiadora, me formei na Universidade Federal do Acre, conheço a história de Rondônia. Por quê? Meu TCC foi feito baseado em Rondônia. E sei que é considerada uma das cidades mais ricas do Brasil, do Brasil, mas isso não procede, porque as pessoas vêm lá de fora tirar aquilo que é nosso, como essa Energia Santo Antônio fez, entendeu? E hoje se dá o desprazer de nem sequer comparecer, faltando com respeito com os pescadores e com os moradores de ribeirinhos. E eu gostaria que o nosso Deputado, dentro das suas atribuições legais, cobrasse da Sedam o não comparecimento e a falta de respeito com os pescadores e moradores, que nós queríamos que eles estivessem aqui para ouvir as nossas demandas e as nossas indignações, porque é um órgão competente para nos proteger e agora está nos prejudicando e nos perseguindo como perseguiu essa pescadora que eu, como mulher, estou indignada pelo que ela relatou aqui.

Então, eu gostaria de parabenizar o nosso advogado, Dr. Valney, ao outro advogado, que eu não sei o nome, porque eu tenho mais conhecimento do Dr. Valnei, pela garra, pela coragem de não ter desistido da nossa causa. Não desista, porque nós vamos lutar. E agora que nós temos o apoio desse Deputado que está nos apoiando, eu tenho

certeza, desde o início eu estou ouvindo a fala dele, olhando ali para o posicionamento dele. Eu tenho certeza que ele vai dar continuidade nos procedimentos das irregularidades que estão acontecendo com os nossos processos, porque nós já tivemos causa ganha e essa Energisa fica recorrendo, recorrendo, recorrendo, empurrando com a barriga. Muitas pessoas já morreram, perderam a chance de receber o que tinham por direito. E eu quero parabenizar esse Deputado e pedir a ele que nos apoie e nos ajude. E nós estamos, aqui, também para nos apoiar no que for preciso para que nós consigamos receber aquilo que nós temos por direito. E fica aqui o meu muito obrigado e mais uma vez parabenizar o Presidente da Associação dos Pescadores.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado dona Maria. Nós temos aqui, que chegou, nós já encerramos a inscrição, mas, nós vamos ouvir, aqui, o senhor Ezequias Ramos Gomes chegou agora, pescador do Triângulo. O senhor tem três minutos Ezequias, para ser bem rapidão. Falhou microfone? Vai dar para ver ele aí.

O SR. EZEQUIAS RAMOS GOMES - Bom dia a todos, para quem não me conhece sou conhecido como Índio, e para quem conhece também sou conhecido como Índio. É uma gratidão para mim, louvo a Deus por este momento, Doutor Valney, Doutor Clodoaldo. Fazer as palavras que todo mundo já fez aqui, é só um resumo que eu vou ter, só tenho três minuto. Mas, eu te peço, irmão, assim com caridade, com amor no coração, porque eu queria que você olhasse para cada cara de pescador que está aqui, que o senhor vai ver, aqui, são pessoas que estão apreensivas, querendo uma coisa que foi

tomada da gente. Aqui, a gente não quer ficar rico, ficar milionário, só queremos o quê? Nosso direito que foi tomado da gente. Porque, para o rico ter um patamar mais alto do que nós, ele precisa do pobre. E a classe pesqueira é vista como isso: como os desmerecidos, os mais fracos.

Só que aqui eu quero dizer que eu não sou contra o que foi construído ali. É um benefício para Rondônia? Foi, um benefício. Foi um privilégio? Foi. Só que foi tirado de nós pescadores, o nosso privilégio de quê? De levar o nosso alimento para os nossos filhos; de ter a nossa... Desde cedo, aprender pescar, porque, já pensou se todo mundo fosse advogado, como seria o mundo? Então, o mundo precisa de ter de pescadores também. E a Usina Santo Antônio Energia tirou isso da gente, o nosso direito de pescar, porque 50% daqui, irmão, foi visto agora como bandido.

Eu tenho o nome sujo no governo, nas coisas, eu estou com o nome sujo por exercer a minha profissão de pescador. Onde já se viu isso? E outra coisa, eu não pesco onde a usina foi feita. A usina foi feita onde eu pescava e isso vem desde quando? Desde pequenininho meus pais me ensinaram isso. Então, isso aqui é um desabafo, porque a gente só quer o quê? O nosso direito de quê? De final de mês, de começo de semana ir lá pegar o peixe, levar para o seu filho. Cara, quem é que não gosta aqui de ver seu filho alegre? De comer um peixe? Quantos anos, Doutor, Deputado, você não vê chegar um barco de peixe ali na Colônia de Pescador? Não vê mais. Pesca esportiva, foi tirado tudo, então, a gente não existe mais, entendeu?

E outra, é como o Doutor Ricardo falou, é coisa simples de ser resolvido, são milhões que são gerados ali naquilo. E por que, já que iria fazer assim, por que que não pegou: "Ezequias, nós vamos fazer uma usina, só que vai acontecer isso e isso aqui e você não vai poder pescar

mais. O que a gente pode fazer para você?". Mas, não chegou isso para nós, entendeu? Aí, a Polícia Ambiental, ou seja, lá quem for, chega lá e "você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo". Então, eu quero dizer que só para mim que não pode? Isso é crime só para mim? E para as usinas, qual foi o crime que elas fizeram? Nenhum? Porque, colocam aí que lá foi preta. O peixe está preso, mas não sou eu que prendo o peixe lá, não sou eu, entendeu? Fizeram uma escada que tem dois, três metros lá para passar um peixe que, enquanto ele tinha o quê? Dois, três quilômetros para passar. Mas, não foi eu que construí, entendeu?

Eu peço a Deus e peço no coração de você, que você olhe com bastante amor pela nossa classe que está se acabando. Sabe por que eu falo isso? Porque acabou a nossa, eu sou do Triângulo aqui, eu sou do Triângulo. Pegaram um pai de família, jogaram na cidade que é acostumado a fazer o quê? A farinha, pescar ... Aí, sabe o que aconteceu hoje? Muitos são "pé inchados", outros filhos viraram "noiados" porque não sabe outra coisa, aprenderam a pescar. Aí, você tira uma pessoa do mato e vai jogar na cidade, vai fazer o quê? Vai ficar perdido.

Então, isso aconteceu com a gente. Doutora Ana Carolina, eu agradeço, a senhora me conhece muito bem. A senhora pode contar comigo, mas o que for fazer pelo pescador dou até minha vida. Você sabe por que eu cheguei atrasado aqui? Porque eu moro no Candeias, perto do Candeias. E venho de segunda a sexta para levar o alimento para minha filha – que eu tenho uma filhinha de quatro anos – para dar de comer e de beber. E isso eu tenho o maior orgulho de ser, sabe o que, irmão? De ser um pescador profissional. De exercer minha profissão. Então, eu agradeço a Deus e ao Deputado, que olhe para cada um que está aqui, a gente não quer nada de ninguém, só quer o que

é nosso, que é poder pescar e viver bem, como vocês também vivem. Obrigado pela presença de todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra, Herbert Lins, trabalha comigo também e é pesquisador, formado em Geografia. Herbert, tem cinco minutos, no máximo.

O SR. HERBERT LINS DE ALBUQUERQUE - É muito tempo. Obrigado, Deputado, o senhor sempre generoso. Eu quero dar o meu bom-dia a todos que estão aqui na Audiência Pública, ao meu amigo-irmão, Deputado Jair Montes, que me convidou e me deu a missão importante de assessorá-lo, e aos presentes que se fazem na Mesa, obrigado por atender ao chamamento do Deputado Jair Montes e a todos que aqui estão e quem está nos assistindo pelas redes sociais da TV Assembleia Legislativa.

Muitos não sabem, mas tem uma pessoa que estimo muito, que eu conheci quando eu cheguei em Rondônia e foi uma das pessoas que me motivou a ficar em Rondônia. Existe um ditado popular que diz: "as pedras rolam e se encontram". E hoje eu me encontro aqui com a Professora Carolina Doria. Eu cheguei de férias, para passar férias em Rondônia, e vi um anúncio no jornal de um projeto que ela estava coordenando "Brasil, Meu Negócio é Turismo", e eu me inscrevi e conheci ela na seleção, em Guajará-Mirim.

E aí eu passei na seleção, vim para Porto Velho e briguei para levar duas turmas do projeto para Nova Mamoré. E faltou vaga - não é, Carolina? - no projeto, em Nova Mamoré, que a comunidade atendeu ao chamamento, que em Guajará faltou pessoas inscritas. E desde então criou-se

uma amizade, uma admiração, um carinho que eu tenho muito grande pela Professora Carolina Doria. Li seus artigos científicos, continuo acompanhando a sua produção científica. O seu trabalho no laboratório de pesquisas do rio Madeira é um trabalho exemplar para Rondônia. E digo mais, como pesquisador, é muito importante a sua presença aqui; e mais importante ainda é de cada pescador desses aqui que está, de cada ribeirinho, que vive da pesca tradicional.

Para minha felicidade, eu conheci o Deputado Jair Montes. E a primeira coisa que eu perguntei a ele: "Jair, me conta a sua trajetória de vida". E Jair começou lavando peixe para ajudar na renda em casa, quando menino. Muito incompreendido, como José do Egito, mas é um grande homem de espírito público, Deputado Jair Montes. Eu agradeço por fazer parte da equipe dele. Não preciso puxar saco, não sou bajulador, todos que trabalham no gabinete sabem disso, nesta Casa, mas é preciso reconhecer que todas essas demandas de cunho popular, das minorias, o Deputado Jair está sempre aberto. Está sempre aberto a essas ideias e debater os problemas das pessoas mais carentes, dos mais humildes. É a personalidade dele, ou seja, ele não traiu as suas origens, ele reconhece as suas origens.

E fico muito feliz em rever a Maria Cristina, esposa do meu amigo, professor também da Unir, José Detoni. Então, tudo o que tiver que encaminhar, encaminhe para nós, procure o gabinete do Deputado Estadual Jair Montes, tanto eu como toda a sua assessoria vamos estar abertos para fazer encaminhamentos e dar agilidade.

Na oportunidade, eu peço a permissão do Deputado para lembrar que desde 2019, 2020 o Deputado Estadual Jair Montes me determina a fazer ofícios sensibilizando a Bancada Federal e os órgãos estaduais e federais com

relação a temas ligados à usina do Madeira, à Energisa, à elevação da BR-425 e BR-364, para que não ocorra o que aconteceu no fenômeno de 2014. E o Deputado Jair Montes foi um dos primeiros parlamentares desta Casa a se manifestar com relação ao encharcamento do solo na área de entorno da construção das usinas e o apodrecimento de toda lavoura do produtor rural, de todo ribeirinho, e de quem cria gado na região da área de entorno, o Deputado Jair, aqui também debateu esse tema, que é a doença do casco da vaca, dos animais bovinos.

Então é isso a título de informação, e estamos sempre à disposição, ao lado do Deputado Jair Montes. Meu muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Eu quero aqui agradecer, de maneira especial, ao Herbert Lins, que é um professor amigo meu, que começamos política juntos. Herbert, depois, passou em um concurso em Nova Mamoré, mudou-se para lá; quando eu ganhei, trouxe, está comigo e tem contribuído muito com o nosso mandato.

Quando ele fala da questão do encharcamento do solo, nós temos exemplos claros como Joana D'Arc, claríssimo, uma bela comunidade que a usina praticamente exterminou. Nós temos, hoje, Nova Mamoré; Nova Mamoré, por mais que a prefeitura faça, coloque ali tubos armcos, tire as pontes de madeira, quando vem uma chuva muito forte alaga tudo, impacto natural da usina. E as usinas sempre negam isso, que não tem nada a ver. Tem, não tem como. Você não muda uma realidade de uma comunidade de uma hora para a outra sem ter nenhum tipo de - naquele, bem pontual -, nenhum tipo de empreendimento, que foi a usina... A usina

impactou, tanto é que eu era vereador quando abri uma CPI, e eu fui muito perseguido na CPI da Câmara de Vereadores.

E a primeira enchente que deu aqui foi em 2014, todos nós lembramos disso. E falavam que era um fenômeno de a cada 100 anos. Que mentira! Que fenômeno nada!

A usina aprendeu agora a controlar a subida e baixada de água. Agora aprendeu, porque em 2014 ela apanhou. E eu ouvi do engenheiro da Santo Antônio Energia, que já tinha passado por tantos lugares do mundo, e lá na Câmara ele me falou: "olha, Deputado, eu tenho 50 anos de trabalho, de usinas" – um senhor de mais de 75 anos, já um senhor –, "e eu apanhei do rio Madeira". Essas foram as palavras dele. "O rio Madeira me enganou. Levei uma 'peia' desse rio. Nós fizemos aqui, Santo Antônio, nós fechamos um lado do rio para poder fazer a barragem, e depois tivemos que abrir esse lado para poder fechar o outro. Mas quem disse que a gente conseguiu abrir o lado? Que aquele barro ficou uma rocha. Nós tivemos que vir com aquele maquinário" – que eles têm lá – "de jogar água, porque só com água".

Eu sei que a natureza é perfeita. Aquele barro meio roxo, meio que café com leite, sei lá. E ele falou: "viemos com uma betoneira, porque na hora em que abriu, a gente achava que ia estourar a barragem, uma parte dela".

Então, o rio hoje está assoreado. Está todo assoreado o rio. Então, se não tiver investimento do Governo Federal para fazer a dragagem desse rio, não vai. É cada vez pior. Cada vez vai ficando pior. A cada chuva que dá, é um Deus nos acuda em Rondônia, hoje, e nos entornos.

Então, nós temos muitos impactos negativos da usina. Muitos. Muitos impactos negativos.

Eu vou passar a palavra aqui, para a gente encerrar a nossa Audiência, e também dar o encerramento, toda Audiência tem que ter um encaminhamento. Nós não temos que fazer Audiência por Audiência não. Não adianta só ouvir o povo e... É mais um que vai ouvir? Não. Nós vamos ouvir os dois advogados, e depois nós vamos fazer um encaminhamento desta nossa Audiência Pública.

Com a palavra, então, o Dr. Valney Cruz, advogado dos pescadores e ribeirinhos.

O SR. VALNEY CRUZ ROCHA - Bom dia, Deputado Jair Montes. Aos amigos da Mesa, Dr. Clodoaldo; Dra. Carolina; Dr. Francisco Bento; Sargento Souza Lima; Dr. Ricardo, aos quais agradeço a todos os presentes aqui. Em nome de algumas pessoas, como o Chico Filho; o Silveira; o Senhor Arnaldo, do Maravilha; o João Bosco, do Triângulo; saúdo todos os presentes e agradeço, uma segunda-feira, às 9 horas da manhã, não é todo mundo que está disposto a vir contribuir, até mesmo porque todos precisam trabalhar, e muitos não conseguiram sair do trabalho para que se fizessem presentes.

A iniciativa para esta Audiência Pública é de grande importância. Como o Dr. Ricardo falou, "a briga é grande", o Ezequias também. A briga é muito grande. Nós estamos há mais de 10 anos nessa luta. Nesse meio tempo de 10 anos, já tive Ação Civil Pública, já fui processado, quase fui processado criminalmente contra a usina.

Então assim, quando a gente atua firmemente contra um empreendimento dessa magnitude, conseqüentemente a gente tem também algo no encalço da gente que sempre vai seguir. E digo isso porque dentro das várias ações que nós temos, que a gente representa várias comunidades ao longo do Baixo

Madeira, Médio, Alto Madeira também, cerca de 1.200 famílias, mais de 5.000 pescadores, mais de 5.000 pessoas atingidas pela ação do mosquito. Então assim, são vastos os danos que ela vem causando. São vastos. Não são só pescadores. Quando a gente fala de pescadores, pode ficar certo que é o ribeirinho que mora na beira do rio, que teve parte do seu terreno desbarrancado, que logo em seguida chegou na casa, que teve que sair da sua casa e ir para outro bairro, subir para a terra firme, teve que fazer o êxodo, e aí não houve indenização para essas pessoas. E acaba que se torna um ciclo em que vai passando de um vizinho, outro vizinho, para a família, e quando menos se espera, aquela comunidade toda é atingida.

Quando os empreendimentos – Santo Antônio e Jirau – começaram a serem construídos, a gente tinha ali algumas informações muito baixas. Furnas não prestava informações, a própria Mesa, à época não prestava informações. Santo Antônio também não prestava informações. E dentro da área da pesca, a sorte que nós tivemos no meio do curso de uma ação é que, quando a gente foi ver lá no registro do Ibama, a gente encontrou um registro de cartório. E foi onde a gente foi ao cartório e encontrou que o Ipagro (Instituto de Pesquisas Agronômicas) fazia os registros em cartório. E onde nós conseguimos levantar documentos. E isso que a Dra. Carolina tem dito: falta acesso aos documentos, falta acesso aos pescadores, falta acesso aos moradores. Por quê? Eles não têm voz. Então, tudo o que é feito de documentação é muito velado, é muito escondido. Então assim, até para a produção de documentação em processo judicial é muito difícil.

Então, fica complicado por quê? A usina detém um poderio muito grande que contrata bancas de escritórios de advocacia em Rondônia, Brasília, São Paulo. E a cada

decisão de juiz é um agravo, é um recurso que vai chegando em Brasília, volta para Porto Velho, vai para Brasília, volta para Porto Velho. E nisso tudo, ação de pescadores já estamos há 10 anos. A ação da alagação, que é de 2014, ainda vai subir para Brasília. A ação da pesca ainda nem chegou a Brasília ainda. Olha como que são as coisas. E haveria um dever de indenizar a todos, previsto pelo Plano Básico Ambiental. O compromisso que foi feito junto ao Ministério do Meio Ambiente, a época, lá em 2007, 2006, que essas pessoas que fossem atingidas, fossem imediatamente indenizadas. E qual era a indenização? Um justo valor dentro do que se propunha para o quê? Para uma modificação de vida e não simplesmente chegar, avaliar simplesmente um imóvel e falar assim "aqui nós atribuímos o m²" digamos lá, R\$ 700,00, "que esse imóvel vai custar R\$ 50 mil, R\$ 100 mil, R\$ 200 mil.". E a história de vida dessas pessoas? E aquelas comunidades tradicionais igual a do Triângulo, como que fica? Ali no Triângulo, que é a origem de Porto Velho, temos ali pescadores, moradores que hoje o Triângulo, para quem lembra, para quem é daqui de Porto Velho há mais de 10 anos, foi uma história, hoje ali só ficou um buraco.

No ano de 2011, por volta do mês de dezembro, foi a abertura das primeiras comportas da Usina de Santo Antônio. Qual foi o primeiro acontecimento? Desbarrancamento imediato do bairro Triângulo. Aí aquelas pessoas, igual o Ezequias, o João Bosco, que eu recordo do nome, que estão aqui, começaram a entrar em desespero junto com senhor Valdequi, o Vavá, o Luiz Máximo e acionava Ministério Público, não ia atrás. Ministério Público, Promotoria. Chamavam para reunião, não se faziam presentes. Até quando passaram a contratar advogados particulares. E ali, a partir daquele momento, em janeiro de 2012, foi preciso que a comunidade toda do Triângulo saísse da beira dos trilhos e fizesse o invocamento.

Então, a partir daquele momento nós víamos que estava tudo muito errado. Não tinha nada muito certo. E assim começou conseqüentemente. Ano de 2012, foi o Triângulo, mais um pouco a frente, ano de 2013, já foi o São Sebastião, a Vila de São Sebastião, começou a cair. Chegando setembro de 2013, Triângulo caindo, São Sebastião caindo, o que acontece? A Usina de Santo Antônio começa a reter água. Ah, mas como eu vou saber que retém água? Tem lá registrado na ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). Está lá no registro da ANA, que o volume de água que chegava não era o mesmo que estava saindo. E o que acontece? Quando chega ao início de 2014 a gente tem uma das maiores alagações da história de Porto Velho, da história de Rondônia, em que milhares de pessoas ficaram desabrigadas.

E o que isso tem a ver também com a pesca? Porque eram pescadores e, a partir daquele momento, se sabia que a pesca estava toda prejudicada. Não só antes de 2014 a pesca estaria prejudicada, mas por quê? Aquilo dali, quando baixou o nível de água, viu que o barranco dentro das casas, que é o assoreamento que ficou dentro das casas, e isso passado pouco mais de alguns meses, mês de setembro, outubro, quando o rio baixou, viu aquilo ali, o meio do rio todo assoreado. Todo raso. E, conseqüentemente, a gente passava de um ano para o outro. Em 2014 alagação e os desbarrancamentos a partir daquilo ali começou no Baixo Madeira. Já era há muito que acontecia. Então começaram em grandes proporções. E aí a gente vem cada vez mais acionando o empreendimento. E qual a resposta que eles dão? Aciona o Judiciário. Mas quando você chega ao Judiciário, aí começam os recursos. Recursos que nunca têm fim. Acaba-se, vai, e até hoje as comunidades não receberam nenhuma indenização.

Então, dentro dessa análise que a gente faz: redução da capacidade pesqueira, os danos para os ribeirinhos, os danos para os moradores e todos aqueles atingidos, até mesmo aumentando a quantidade de mosquitos, que anteriormente já não era pouco, passou a dobrar. Comunidades, igual à Cachoeira, a Vila de Betel começou a ter muita influência sobre tudo isso aí, o próprio Joana D'Arc começou a ter uma contaminação do solo, começou a ter um encharcamento, matando o plantio de tudo. Então, é muito importante que nesta Audiência Pública sejam dados encaminhamentos, mas não só para a pesca, porque o pescador também, a maioria, tem muitos que são pescadores, mas são agricultores também. São pessoas que vivem da terra que antes era fértil e hoje a terra já não está tão fértil mais, por quê? Quando se planta hoje, ficou aquele barranco, aquela lama, então hoje a produção é muito pouca. Comunidades abaixo, como Papagaio, Nazaré, que viviam o festejo da melancia, hoje já não tem mais.

Então, é preciso que a gente tenha uma discussão ampla e muito forte sobre as perdas e prejuízos que esses empreendimentos têm causado. Acima, no Alto Madeira, o assoreamento que tem ficado porque o represamento de águas lá por cima de Jirau, tem causado o estacionamento mais rápido da água que faz com que haja decantação. Então, isso daí a gente vê que não está muito certo. E tudo isso gera prejuízo da capacidade de pesca.

Então, Deputado, agradecemos a sua disponibilidade junto com a sensibilidade com esta Casa de Leis para que a gente possa realmente abrir, não ser só uma preliminar, mas que tenha outras Audiências Públicas. Que a gente possa discutir e as próximas, com certeza, vão ter mais pessoas do que tem hoje, porque a partir desta Audiência Pública, cada um aqui vai sair com o dever de informar a todos

aqueles que foram prejudicados, para que na próxima, se façam presentes. Se façam presentes porque só reivindicando direitos, reclamando é que pode acontecer e vir a receber. Não é pelo tempo que nós temos. É muito desencorajador para muitas pessoas que se cansaram. Mas nós, advogados, Deputado, a Dra. Carolina, nós não nos cansamos. É que nem eu falei aqui, já fui processado, já brigaram comigo me chamando de vários nomes, por muitas pessoas, o próprio do empreendimento, mas nós estamos há mais de 10 anos, 12 anos, brigando. E é uma briga que nós vamos continuar e vamos levar até onde a gente possa conseguir para que todos vocês possam receber o que é de direito a todos. Um bom-dia a todos. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Parabéns, Dr. Valney. Com certeza nós vamos longe nisso aqui, não é?

Com a palavra, o Dr. Clodoaldo Luiz Rodrigues, advogado dos pescadores e ribeirinhos.

O SR. CLODOALDO LUIZ RODRIGUES - Bom dia a todos. Deputado Jair Montes, que compõe a Mesa, como Presidente; Professora Carolina Doria, com quem já tive a oportunidade de conversar algumas vezes. O Ricardo, do Mapa, o Sargento Souza Lima; o Francisco Bento, quantas outras pessoas aqui e meus queridos pescadores, ribeirinhos, pessoas por quem eu tenho um afeto muito grande. Porque são vocês que são meus clientes, são vocês que são a base do sustento. São vocês que são o início da nação. Porque o Deus da Bíblia, já vinha, já teve gente pescador. Então, a profissão de vocês é honrosa. É uma profissão que satisfaz o alimento na mesa das pessoas.

Então, quando nós abraçamos esta causa, desde 2009 trabalhando com isso, nós acreditamos, primeiro, em Deus. Deus iria estar na frente. Você vê que para Deus, nunca é tarde, porque Ele sempre tem o momento correto.

Você vê, nós estamos há quase 10 anos nesse trabalho e, hoje, nós tivemos a participação do Deputado Jair Montes. Conversamos no primeiro momento e ele falou: "eu vou junto com vocês. Eu sou parceiro nisso porque a minha história já vem daí". Por isso que nós temos que achar as pessoas certas no momento certo, para trabalhar. Nós já viemos trabalhando. O que é da nossa competência, nós estamos fazendo: que foi sentir a dor de vocês, colocar no papel e o papel estar na Justiça. Porque se isso nós não tivéssemos dado início, lá atrás, hoje já estaria prescrito. Porque tem pescadores iguais a vocês que ligam para nós perguntando: "doutor, eu esqueci, eu não sabia". Não. Ele foi direcionado por cabeça de outras pessoas, falando que isso era mentira, que isso eram outras coisas. E tanto é que vocês sabem que o meu escritório mudou de local, mas o telefone sempre continuou o mesmo, eu sempre dou satisfação. Se eu não respondo no momento, mas eu sempre estou ali e tem muita gente que fala mal de mim e do Dr. Valney, falando que somos aproveitadores, pessoas que não querem, não têm interesse. "Não, essa ação já foi jogada fora. O Doutor já esqueceu". Se eu tivesse esquecido vocês, nós estaríamos aqui hoje? Então, é um ponto para vocês pensarem.

Deputado, essa iniciativa sua de marcar Audiência Pública num período curto, final de ano, as coisas, nós conseguimos colocar um pouco de gente aqui para poder representar. Porque hoje, se a gente colocasse todo mundo aqui, todos os pescadores, todos os ribeirinhos, todas as pessoas que sofreram com esse dano, não caberiam aqui

dentro. Mas você vê que há força, ainda, a união, que nós temos que ter, pescadores, é união. União. Quando um falar: "marcou uma reunião", nós temos que comparecer, porque aí mostra a nossa força. Igual eu dei exemplo para várias pessoas esses dias. Nós estamos sofrendo com a Covid, com a pandemia, mas como nós estamos vendo que estamos sofrendo? Os hospitais estão lotados. Se o Secretário chegasse e falasse que a pandemia está mais forte, mas os hospitais, todos fracos, o que iria acontecer? Ninguém iria acreditar na pandemia. Nós só acreditamos quando tem superlotação. Nós só acreditamos que vocês têm perdas quando vocês lotam esse plenário. Que se não, que força que vai ter? Eu e o Doutor falando que vocês estão tendo perdas, mas quando convoca, aparecem cinco. Que perda? Então, nós temos que ser unidos. Quando falou: "onde é?". Infelizmente, é o frete para poder vir, é o quê? Ah, precisa de locomoção, precisa de um ônibus, precisa de alguma coisa. Nós não temos jeito de enjeitar, mas cada um de vocês tem que fazer o investimento.

Então, Deputado, o que que eu falo é o seguinte, nós temos que dar continuidade nesse processo. Hoje é o início, é a Audiência Pública. Agora vamos ver quais são as medidas cabíveis para serem tomadas. Chamar quem deve ser chamado, colocar no polo aqui para poder dar o direcionamento. Porque muitas vezes a gente vai atrás de informação, os ribeirinhos não têm informação adequada, que a maioria deles são pessoas, vamos falar assim, analfabetas, que sabem escrever o nome, não têm conhecimento das leis, não têm conhecimento, onde ele vai? E por isso que eu sou uma pessoa que sempre, temendo a Deus, eu atendo eles com maior carinho, com maior respeito, porque eu sei que eles não têm conhecimento. Quando ele me pergunta de uma forma, eu tenho que esclarecer para ele do jeito mais simples, eu não posso falar: "seu processo está concluso", o que é concluso?

Então, muitas vezes, eles conseguem, hoje, a maioria dos nossos clientes tem o acesso à internet, ele vai acompanhar o processo; quando ele chega, "doutor, saiu um alvará". Glória a Deus se fosse o nosso. Mas é para o perito.

As usinas estão investindo. Investindo onde não devem. Só para o perito do nosso processo, que começou com o Dr. Orlando, hoje já mudou para o Nasser, por quê? O Orlando, eles desconstituíram por uma alegação de plágio. O que é plágio? É copiar um trecho que não é dele. Ele copiou no laudo. O primeiro laudo que ele fez foi de Guajará, de Nova Mamoré. Nós temos pescadores, Deputado, de Nova Mamoré, que estão sendo assistidos pela ação. Lá são 50 pessoas que estão com ação e estão aguardando. Aí ele fez o primeiro laudo, lá em Nova Mamoré, foi favorável aos pescadores, só que eles usaram da esperteza deles de contraponto, de jogos, falaram que o cara tinha feito um plágio e fizeram a ocorrência. Hoje, esse plágio já tem mais de 5 anos e até hoje não foi para esfera criminal. Então, só foi uma alegação para desconstituir uma pessoa que estava falando, tipo, entre aspas, "mal" deles e trazendo o bom para o pescador, que ele colocou esses pontos. Então, na verdade, quem entra na frente, eles tentam tirar.

Hoje, dentro de Porto Velho, se a gente falar: "vamos atrás de um engenheiro de pesca para poder preparar um laudo pra nós", eu acho que é difícil, porque a grande maioria está sendo contratada por eles, porque eles são fortes. Quando a gente luta com pessoas fortes, nós temos que só acreditar em Deus, porque maior do que Deus não existe. Então vocês, cada um na oração, na fé é onde que nós vamos ganhar. Porque não é usando a estratégia da força humana que nós vamos conseguir.

Então é isso, gente, a minha palavra. O Dr. Valney já colocou bem o que é o assunto, o que nós estamos

procurando. Nós estamos procurando a solução para cada um, não importa, ribeirinho, pescador, atingido, o que for, todos vocês merecem indenização. Então, Deputado, eu venho só parabenizar pela sua iniciativa e parabenizar o Dr. Valney, que está junto comigo nessa corrida. E nós temos os outros advogados. A Professora Caroline, que sempre esteve disposta a poder assessorar, prestar qualquer esclarecimento. Vocês, lá de Abunã; enquanto as outras pessoas que fazem parte, o Ricardo também, que sempre foi um parceiro, que sempre está à disposição para poder falar. Então, gente, eu deixo o meu muito obrigado pela presença de todos vocês. E volto a palavra para o nosso Presidente aqui, que está conduzindo os trabalhos, o Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Parabéns a todos os advogados; parabéns, aqui, a nossa doutora que participou conosco, a nossa Professora Carolina; Ricardo, mesmo de férias está aqui conosco participando da Audiência; todos os envolvidos nesta Audiência.

Eu só vou fazer aqui uma pergunta rapidão, os advogados podem me responder, para eu ter a clareza. Do tempo da instalação da usina, teve a Rima (Relatório de Impacto Ambiental), tiveram todos estudos e teve o compromisso da usina com os pescadores, com os ribeirinhos. Foi assinado algum documento? Tem algum documento que foi assinado do que seria, no caso, o que a usina ia dar de contrapartida para essas pessoas? No caso, de compensação, tem alguma coisa?

O SR. VALNEY CRUZ ROCHA - Existe a previsão, mas não se fala em valor, valores. No caso do pescador, tem o

estudo que eles adotaram, como do Iepagro (Instituto de Estudos e Pesquisas do Agroambientais e Organizações Sustentáveis), não é, Dra. Carolina? Só que lá eles colocaram como "previsão de capacidade de pesca", mas não se fala em valor. A questão de indenização por desapropriação, também, eles têm uma tabela que é feita por um sindicato, semelhante ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), que ele estipula o valor por metro quadrado. Então, assim, variam muito de ano para ano essas tabelas. Mas tem como ter acesso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Correto. E outra coisa, e eles cumpriram?

O SR. VALNEY CRUZ ROCHA - Não cumpriram. Parte, não. Só desapropriação foi cumprido.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Não cumpriram. Hoje, esses trabalhadores, que são os pescadores, estão entrando na Justiça, é isso?

O SR. VALNEY CRUZ ROCHA - Todos ajuizados.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Há quanto tempo?

O SR. VALNEY CRUZ ROCHA - Há uns dez anos, doze anos. Dez anos. Dez anos, doze anos. Dez, oito anos, vai variar de caso a caso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Dez anos buscando indenização. E até hoje não tiveram resposta, ainda está lenta a coisa. Está lenta. Então assim, eu vou propor - viu, Herbert? Eu vou propor à Assembleia, aos deputados... A gente não consegue fazer, eu já consegui já esta Audiência para hoje, a Assembleia está em recesso dia 14, está tudo lotado, as datas. Todo dia tem Audiência nesta Casa. As meninas têm trabalhado muito, aqui. Os servidores desta Casa têm trabalhado demais, até entrado pela madrugada. Então, nós já estamos entrando e vamos retornar, acho, que dia 01 de fevereiro, dia 05 de fevereiro, o recesso. E aí vai tocar em frente 2022, que é também é um mês curto porque, e é um ano eleitoral.

Mas, a gente vai dar prioridade para esse caso. Eu vou propor para esta Audiência Pública uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Uma CPI para tratar das perdas e prejuízos dos pescadores ribeirinhos. Porque com a CPI fica melhor. A gente já notou, aqui, o descaso da usina, sendo convidada para a Audiência, nem compareceu. A Sedam, que é do governo, nem apareceu. Então, em uma CPI a gente ganha um poder de polícia. A gente já não vai convidar, nós vamos convocar é diferente, ok? E aí vamos requisitar toda a documentação via CPI e a gente vai montar esse relatório, dossiê, para que possamos chegar naquilo que a usina se comprometeu com o Estado de Rondônia e também com os trabalhadores que ela se comprometeu, para ela cumprir. E depois fazemos igual a Energisa. A Energisa, hoje, está sorrindo, mas amanhã, eu tenho certeza, que ela vai chorar. Porque, da nossa CPI final, nós encaminhamos todos os relatórios para a Polícia Federal, indiciamento de todo mundo. Então, vão ter dor de cabeça pela frente.

Então, a gente vai propor aqui, Herbert, já preparar o Requerimento, para eu colher as assinaturas dos deputados, preparar a Comissão e ver se eu consigo este ano ainda, com o Deputado Alex Redano, a instalação da CPI contra as usinas, mais uma.

Fizemos uma na Câmara Municipal de Porto Velho, que eu fui barrado lá e até preso eu fui. Eu quero ver dessa vez se vão me prender de novo. Eu quero ver se vão me prender de novo. Mas, eu vou até o final. Porque o doutor falou uma coisa que é verdade aqui: poderosos são poderosos. Contratam as melhores bancas e vão protelando o que podem. Eles não querem saber de trabalhador não, infelizmente. Eles querem saber de maltratar e massacrar. O que importa para esse povo é só a ganância do dinheiro. Mais nada. Mais nada.

Então, a gente vai buscar a fundo, desde o início do estudo da usina, do que foi prometido, o que foi cumprido, o que não foi... E eu conto muito, Professora, com a senhora, com teu apoio, como Unir, além de você, com mais quem nós podemos contar na Unir. Conto muito com o Ricardo também, é Ibama, Ricardo?

O SR. RICARDO LOPES - Ministério da Agricultura. **(fora do microfone)**.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Ministério da Agricultura vamos contar muito. Porque aqui nós vamos ouvir todo mundo, se tiver de chamar de Brasília vamos chamar para vir para cá, ouvir todo mundo nessa CPI, está certo? Ouvir os pescadores... Então, sai daqui com o encaminhamento de uma abertura de uma Comissão Parlamentar

de Inquérito para tratar das perdas e prejuízos dos pescadores ribeirinhos. Está bom?

Invocando a proteção de Deus em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade. Declaro encerrada esta Audiência Pública. Desejamos a todos uma excelente tarde para todos vocês, que Deus os abençoe. Um forte abraço.

(Encerra-se esta Audiência às 12 horas e 24 minutos)

(Sem revisão dos oradores)